



Estratégia

CONCURSOS

Aula 09

Legislação de Interesse da Atividade de Inteligência p/ ABIN

Professor: Ricardo Vale

AULA 09- LEGISLAÇÃO DE INTERESSE DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA

SUMÁRIO	PÁGINA
1-Palavras Iniciais	1
2- Crimes contra a inviolabilidade dos segredos	2 - 6
3- Crimes de perigo comum	6 - 17
4-Crimes contra a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos	17 - 22
5- Falsidade documental e outras falsidades	22 - 42
6-Crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral	42 - 63
7-Lista de Questões e Gabarito	64 - 73

Olá, amigos do Estratégia Concursos! Tudo bem?

Estamos quase chegando ao final de nosso curso. A essa altura do campeonato, **se você acompanhou nosso curso com atenção**, já está quase preparado para enfrentar a prova da ABIN.

Alguns alunos me pediram que eu também abordasse em nosso curso a **Lei de Segurança Nacional**, assunto que foi cobrado no edital da ABIN de 2008. Farei uma aula extra especificamente para tratar dela, ok?

Na aula de hoje, abordaremos os seguintes tópicos do edital da ABIN:

"Parte Especial do Código Penal (Decreto Lei nº 2.848/40) e alterações, no referente aos seguintes tópicos: Título I, Capítulo VI, Seção IV - dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos; Título VIII, Capítulos I e II - dos crimes de perigo comum e dos crimes contra a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos; Título X, Capítulos III e IV - da falsidade documental e de outras falsidades; Título XI, Capítulo I - dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral."

Como vocês podem perceber, teremos uma verdadeira aula de **Direito Penal**, a qual, espero, seja muito proveitosa para vocês. Vamos em frente, futuros servidores da ABIN! ☺

Um abraço, Ricardo Vale

1- Crimes contra a inviolabilidade dos segredos:

1.1- Divulgação de segredo:

O crime de divulgação de segredo está previsto no art. 153, do Código Penal, e consiste no fato de uma pessoa **DIVULGAR**, sem justa causa, **conteúdo de documento particular ou de correspondência confidencial**, de que é destinatário ou detentor, e cuja divulgação possa produzir dano a outrem.

Trata-se de **crime formal**, uma vez que **basta a prática da conduta** (“divulgar conteúdo de documento particular ou de correspondência confidencial”) para que o crime seja consumado. Não há necessidade de que ocorra o dano a outrem para a consumação. Destaque-se, todavia, que a conduta de “divulgar segredo” **deve ser potencialmente danosa**.

Divulgação de segredo

Art. 153 - Divulgar alguém, sem justa causa, conteúdo de documento particular ou de correspondência confidencial, de que é destinatário ou detentor, e cuja divulgação possa produzir dano a outrem:

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

§ 1º Somente se procede mediante representação.

§ 1º-A. Divulgar, sem justa causa, informações sigilosas ou reservadas, assim definidas em lei, contidas ou não nos sistemas de informações ou banco de dados da Administração Pública:

Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 2º Quando resultar prejuízo para a Administração Pública, a ação penal será incondicionada.

Em regra, a divulgação de segredo é crime de **ação condicionada**, é dizer, **depende de representação** da vítima do crime para que possa ser instaurado um inquérito policial. No entanto, quando o crime resultar em **prejuízo para a Administração Pública**, a **ação penal será incondicionada**, ou seja, será movida pelo Ministério Público independentemente da vontade da vítima.

Há, ainda, a **forma qualificada** do crime de divulgação de segredo, a qual está prevista no § 1º-A. Consiste na divulgação, sem justa causa, de **informações sigilosas ou reservadas**, assim definidas em lei, contidas ou não nos sistemas de informação ou banco de dados da Administração Pública.

1.2- Violação de sigilo profissional:

O bem jurídico tutelado por esse tipo penal é a **inviolabilidade do sigilo profissional**. O crime consiste no fato de uma pessoa **REVELAR**, sem justa causa, segredo de que tem ciência em razão de função, ministério, ofício ou profissão e cuja revelação possa produzir dano a outrem.

Violação do segredo profissional

Art. 154 - Revelar alguém, sem justa causa, segredo, de que tem ciência em razão de função, ministério, ofício ou profissão, e cuja revelação possa produzir dano a outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.

Parágrafo único- Somente se procede mediante representação.

A violação de sigilo profissional é **crime próprio**, uma vez que somente pode ser praticada por pessoa que toma conhecimento de segredo em razão de função, ministério, ofício ou profissão. Em outras palavras, **somente as pessoas que se encaixarem nessas condições** é que poderão praticar o crime.

Suponha, por exemplo, que Gabriel vá a um médico e peça um exame de sangue. A partir do exame, verifica-se que Gabriel é portador do vírus HIV. O médico, caso revele esse segredo, do qual tem ciência em razão da profissão por ele exercida, estará incorrendo no crime de violação do segredo profissional.

A violação do sigilo profissional é considerada um **crime formal**, eis que **basta a revelação do segredo** para que ele seja consumado; não há necessidade de que ocorra dano efetivo a outra pessoa. Entretanto, faz-se necessário, para que fique configurado o fato típico, que a **revelação do segredo possa produzir dano**.

A ação penal, no crime de violação de sigilo profissional, é **condicionada**, ou seja, depende de **representação** da vítima.

1.3-Invasão de Dispositivo Informático:

Esse é um tipo penal bastante novo, criado pela Lei nº 12.737/2012 e decorre da evolução tecnológica que caracterizou o atual mundo globalizado. Esse crime ficou bem “famoso” à época em que foi criado em razão dos fatos ocorridos com a atriz Carolina Dieckmann. Um hacker invadiu o computador da atriz, pegou 36 fotos íntimas e divulgou na *Internet*.

Para que o crime de **invasão de dispositivo informático** fique configurado, é necessário que estejam presentes os seguintes requisitos:

- a) A conduta de **INVADIR**, que é o núcleo do tipo penal.
- b) A invasão deve ser em um dispositivo informático **alheio**. Nesse sentido, uma pessoa, ao acessar seu próprio computador, não estará, em hipótese alguma, cometendo esse crime.
- c) O dispositivo informático **pode ou não estar conectado** à rede de computadores.
- d) A invasão é realizada mediante **violação de mecanismo de segurança**.
- e) O objetivo da invasão é **obter, adulterar ou destruir dados ou informações** sem autorização (expressa ou tácita) do titular do dispositivo. O objetivo também poderá ser a **instalação de vulnerabilidades** para obter vantagem ilícita. A simples invasão não configura o crime; é necessário que exista uma **finalidade especial** (adulterar ou destruir dados ou informações / instalar vulnerabilidades).

Art. 154-A. Invadir dispositivo informático alheio, conectado ou não à rede de computadores, mediante violação indevida de mecanismo de segurança e com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do titular do dispositivo ou instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita:

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa

§ 1º Na mesma pena incorre quem produz, oferece, distribui, vende ou difunde dispositivo ou programa de computador com o intuito de permitir a prática da conduta definida no caput.

§ 2º Aumenta-se a pena de um sexto a um terço se da invasão resulta prejuízo econômico.

§ 3º Se da invasão resultar a obtenção de conteúdo de comunicações eletrônicas privadas, segredos comerciais ou industriais, informações sigilosas, assim definidas em lei, ou o controle remoto não autorizado do dispositivo invadido:

Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa, se a conduta não constitui crime mais grave.

§ 4º Na hipótese do § 3º, aumenta-se a pena de um a dois terços se houver divulgação, comercialização ou transmissão a terceiro, a qualquer título, dos dados ou informações obtidos.

§ 5º Aumenta-se a pena de um terço à metade se o crime for praticado contra:

I - Presidente da República, governadores e prefeitos;

- II - Presidente do Supremo Tribunal Federal;
- III - Presidente da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Assembleia Legislativa de Estado, da Câmara Legislativa do Distrito Federal ou de Câmara Municipal; ou ;
- IV - dirigente máximo da administração direta e indireta federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal.

O bem jurídico tutelado por esse crime é a **inviolabilidade da intimidade e da vida privada** da vítima. Trata-se de **crime comum** (qualquer pessoa poderá praticá-lo), **formal** (independe da produção do resultado, bastando a conduta do agente) e **comissivo** (decorre de uma ação do agente: “invadir”).

O crime de invasão de dispositivo informático é de **ação penal condicionada à representação**, exceto se o crime é cometido contra a **administração pública direta ou indireta** de qualquer dos Poderes da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios ou contra empresas **concessionárias de serviços públicos**. Nesse caso, a ação penal será **incondicionada**.

Vejamos como esses assuntos podem ser cobrados em prova!



1. (FUNCAB/PC-ES-2013) Manoel invadiu o computador de Paulo sem autorização deste e alterou várias informações do proprietário do computador, inclusive violando indevidamente seu mecanismo de segurança, em troca de um carro. Assim, Manoel:

- a) não praticou crime.
- b) praticou o crime de invasão de dispositivo informático (artigo 154-A, do CP).
- c) praticou o crime de estelionato (artigo 171 do CP).
- d) praticou o crime de inserção de dados falsos em sistema de informação (artigo 313- do CP).
- e) praticou o crime de modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações (artigo 313-B do CP).

Comentários:

A conduta descrita pelo enunciado da questão nos revela a prática do crime de invasão de dispositivo informático. A resposta, portanto, é a letra B.

2- Crimes de perigo comum:

Os crimes de perigo comum têm como característica central o fato de colocarem um **número indeterminado de pessoas** em **situação de risco**. Se, por exemplo, João causa incêndio em um prédio, um número indeterminado de pessoas serão expostas a uma situação de perigo.

Os crimes de perigo comum estão relacionados nos arts. 250-259 do Código Penal, sobre os quais falaremos a seguir. Percebe-se que, nesses crimes, o bem jurídico tutelado é a **incolumidade pública**.

2.1- Incêndio:

O crime de incêndio é caracterizado pela conduta de “**CAUSAR incêndio, expondo a perigo** a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem”. A conduta está tipificada no art. 250 do Código Penal:

Art. 250 - Causar incêndio, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem:

Pena - reclusão, de três a seis anos, e multa.

Aumento de pena

§ 1º - As penas aumentam-se de um terço:

I - se o crime é cometido com intuito de obter vantagem pecuniária em proveito próprio ou alheio;

II - se o incêndio é:

a) em casa habitada ou destinada a habitação;

b) em edifício público ou destinado a uso público ou a obra de assistência social ou de cultura;

c) em embarcação, aeronave, comboio ou veículo de transporte coletivo;

d) em estação ferroviária ou aeródromo;

e) em estaleiro, fábrica ou oficina;

f) em depósito de explosivo, combustível ou inflamável;

g) em poço petrolífero ou galeria de mineração;

h) em lavoura, pastagem, mata ou floresta.

Incêndio culposo

§ 2º - Se culposo o incêndio, é pena de detenção, de seis meses a dois anos.

O crime de incêndio é considerado um **crime material (causal)**, uma vez que o art. 250 descreve uma conduta (“causar incêndio”) e um resultado dela decorrente (“expor a perigo”), exigindo, para que o crime seja **consumado**, a **produção do resultado**. Em outras palavras, para que o crime de incêndio seja consumado, não basta que um agente cause o incêndio; é necessário, além disso, que o incêndio exponha a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem. Assim, trata-se de **crime de perigo concreto**, pois exige a comprovação de efetivo risco ao bem protegido.

O crime de incêndio é considerado, ainda, **crime comum** (pode ser praticado por qualquer pessoa), **vago** (tem por sujeito passivo uma coletividade sem personalidade jurídica), **instantâneo** (sua consumação ocorre em um momento determinado, não se prolongando no tempo) e **não transeunte** (deixa vestígios materiais). No crime de incêndio, a ação penal é pública **incondicionada**.

2.2- Explosão:

O crime de explosão consiste em **expor a perigo** a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem, **mediante explosão, arremesso ou simples colocação de engenho** de dinamite ou de substância de efeitos análogos.

Explosão

Art. 251 - Expor a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem, mediante explosão, arremesso ou simples colocação de engenho de dinamite ou de substância de efeitos análogos:

Pena - reclusão, de três a seis anos, e multa.

§ 1º - Se a substância utilizada não é dinamite ou explosivo de efeitos análogos:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

Aumento de pena

§ 2º - As penas aumentam-se de um terço, se ocorre qualquer das hipóteses previstas no § 1º, I, do artigo anterior, ou é visada ou atingida qualquer das coisas enumeradas no nº II do mesmo parágrafo.

Modalidade culposa

§ 3º - No caso de culpa, se a explosão é de dinamite ou substância de efeitos análogos, a pena é de detenção, de seis meses a dois anos; nos demais casos, é de detenção, de três meses a um ano.

Ao examinar o art. 251, do Código Penal, é possível verificar que, caso a substância utilizada seja dinamite ou explosivo de efeitos

análogos, a pena será de 3 a 6 anos de reclusão. No entanto, **caso a substância utilizada não seja dinamite, a pena será menos gravosa** (1 a 4 anos de reclusão)

O crime de explosão é um **crime material** (causal), sendo consumado com a **produção do resultado** (“expor a perigo”). Nesse sentido, não basta que o agente produza uma explosão. A explosão **deverá expor** um número indeterminado de pessoas a uma situação de perigo. Nesse sentido, é considerado **crime de perigo concreto** (exige a comprovação de efetivo risco ao bem protegido).

A explosão também pode ser classificada como um **crime comum** (ou geral), o que significa que pode ser **praticada por qualquer pessoa**. É um **crime vago**, pois tem como sujeito passivo a **coletividade**, ente não dotado de personalidade jurídica. A ação é penal **pública incondicionada**.

2.3- Uso de gás tóxico ou asfixiante:

Esse crime está previsto no art. 252, do Código Penal e consiste em **EXPOR** a perigo a vida, a integridade ou o patrimônio de outrem usando de **gás tóxico ou asfixiante**.

Uso de gás tóxico ou asfixiante

Art. 252 - Expor a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem, usando de gás tóxico ou asfixiante:
Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

Modalidade Culposa

Parágrafo único - Se o crime é culposos:

Pena - detenção, de três meses a um ano.

O uso de gás tóxico é **crime comum** (pode ser praticado por qualquer pessoa), **material** (consuma-se no momento em que a vida, integridade física ou o patrimônio de outrem é efetivamente exposto a perigo), **vago** (tem como alvo uma coletividade sem personalidade jurídica) e de **forma vinculada** (os meios de execução do crime são definidos: “uso de gás tóxico ou asfixiante”). É considerado também um **crime de perigo concreto**.

Quando o gás tóxico é **usado contra uma pessoa determinada** com o intuito (dolo) de matá-la, estaremos diante do **crime de homicídio qualificado**. Nessa situação, não ficará caracterizado o crime de “**uso de gás tóxico ou asfixiante**”. Para que esse crime fique caracterizado, é necessário que o **alvo seja indeterminado**.

É plenamente possível, entretanto, que exista **concurso de crimes entre o homicídio e o uso de gás tóxico ou asfixiante**. Isso ocorrerá quando, **além de causar perigo à coletividade** pelo emprego de uso de gás tóxico ou asfixiante, for **intencionalmente provocada a morte** de uma pessoa determinada. Nessa situação, estaremos diante de um homicídio doloso em concurso formal com o crime do art. 252.

Vale a pena destacar, entretanto, que se **houver dolo** no “uso de gás tóxico e asfixiante”, mas **culpa no resultado morte, não caberá falar em concurso de crimes**, mas sim em hipótese de aumento de pena, nos termos do art. 258, do Código Penal:

Art. 258 - Se do crime doloso de perigo comum resulta lesão corporal de natureza grave, a pena privativa de liberdade é aumentada de metade; se resulta morte, é aplicada em dobro. No caso de culpa, se do fato resulta lesão corporal, a pena aumenta-se de metade; se resulta morte, aplica-se a pena cominada ao homicídio culposo, aumentada de um terço.

O crime de uso de gás tóxico e asfixiante também **admite a modalidade culposa**. Destaque-se, ainda, que a ação penal é pública **incondicionada**.

2.4- Fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfixiante:

Segundo o art. 253, do Código Penal, esse crime consiste em **“fabricar, fornecer, adquirir, possuir ou transportar, sem licença da autoridade, substância ou engenho explosivo, gás tóxico ou asfixiante, ou material destinado à sua fabricação.”**

Na análise desse dispositivo, é possível verificar que o **objeto material** é a **substância ou engenho explosivo, gás tóxico ou asfixiante**, ou material destinado à sua fabricação. O crime ficará configurado quando um agente, **sem licença da autoridade competente**, fabricar, fornecer, adquirir, possuir ou transportar esses materiais perigosos.

Vale destacar que a fabricação, fornecimento, aquisição, posse ou transporte desses materiais, quando realizada com autorização da autoridade competente, não configura o tipo penal em questão.

Fabrico, fornecimento, aquisição posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfixiante

Art. 253 - Fabricar, fornecer, adquirir, possuir ou transportar, sem licença da autoridade, substância ou engenho explosivo, gás tóxico ou asfixiante, ou material destinado à sua fabricação:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

O crime previsto no art. 253, do Código Penal, é classificado como **comum** (pode ser praticado por qualquer pessoa), **formal** (sua consumação não depende de um resultado), **vago** (tem como alvo uma coletividade sem personalidade jurídica) e de **forma livre** (tipo penal não prevê um meio de execução específico). Destaque-se, ainda, que o crime em questão **não admite a modalidade culposa**. A ação penal é pública incondicionada.

2.5- Inundação:

O crime está previsto no art. 254, do Código Penal, e consiste no ato de **CAUSAR inundação, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem**. Para que fique configurado o tipo penal, o agente deverá **dar origem à inundação, expondo a perigo** pessoas indeterminadas.

Suponha, por exemplo, que Tício abra as comportas de uma usina hidrelétrica, inundando a cidade de São João dos Queijos. Nesse caso, ficará caracterizado o crime de inundação. Tício, com sua conduta, causou a inundação, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de diversas pessoas.

Inundação

Art. 254 - Causar inundação, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem:

Pena - reclusão, de três a seis anos, e multa, no caso de dolo, ou detenção, de seis meses a dois anos, no caso de culpa.

O crime de inundação é **comum, material, vago, de forma livre e comissivo**. Admite-se a **modalidade culposa** e a ação penal é pública **incondicionada**. Trata-se de crime de **perigo concreto**, exigindo a comprovação de efetivo risco à integridade física ou o patrimônio de outrem.

2.6- Perigo de Inundação:

Esse crime consiste em “**REMOVER, DESTRUIR** ou **INUTILIZAR**, em prédio próprio ou alheio, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem, **obstáculo natural ou obra destinada a impedir inundação.**”

A conduta do agente, para que se configure esse crime, consiste em **retirar obstáculos** (sejam eles naturais ou obras) **que evitariam a inundação**. Tais obstáculos poderão estar localizados em propriedade própria ou alheia.

Perigo de inundação

Art. 255 - Remover, destruir ou inutilizar, em prédio próprio ou alheio, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem, obstáculo natural ou obra destinada a impedir inundação:

Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.

Trata-se de **crime comum, formal** (eis que se consuma no momento em que o obstáculo à inundação é retirado), **vago, de forma livre** e, em regra, **comissivo**. A maior parte da doutrina **não admite a modalidade culposa** e a ação penal é pública **incondicionada**. É um crime de **perigo concreto**, exigindo a comprovação de efetivo risco à vida, à integridade física ou ao patrimônio de outrem.

2.7- Desabamento ou desmoronamento:

Esse é mais um crime de perigo comum, que consiste em **CAUSAR** desabamento ou desmoronamento, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem. O desabamento consiste em derrubar construções; o desmoronamento, por sua vez, é a movimentação do solo.

O crime de desabamento existe tanto na modalidade **dolosa** quanto na modalidade **culposa**. Em regra, o crime de desabamento ou desmoronamento é um **crime comissivo**; no entanto, em alguns casos, o crime poderá ficar configurado pela omissão do agente.

Desabamento ou desmoronamento

Art. 256 - Causar desabamento ou desmoronamento, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem.

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

Modalidade culposa

Parágrafo único - Se o crime é culposos:

Pena - detenção, de seis meses a um ano.

O crime de desabamento é **comum, material** (para a consumação, é necessário que, além da causação de desabamento ou desmoronamento, tal atitude exponha a coletividade a um perigo), **vago, de forma livre e comissivo** (em regra). A ação penal é pública **incondicionada**.

2.8- Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento:

O crime está previsto no art. 257, do Código Penal, e consiste em “**subtrair, ocultar ou inutilizar**, por ocasião de incêndio, inundação, naufrágio, ou outro desastre ou calamidade, **aparelho, material ou qualquer meio** destinado a serviço de combate ao perigo, de socorro ou salvamento; ou impedir ou dificultar serviço de tal natureza.”

Há diversos elementos presentes para que se possa caracterizar esse delito:

a) Os núcleos do tipo são **SUBTRAIR, OCULTAR** ou **INUTILIZAR**. Esses núcleos pressupõem uma **conduta comissiva** do agente.

b) As condutas devem ser praticadas por ocasião de **eventos específicos**: incêndio, inundação, naufrágio ou outros desastres ou calamidades. Percebe-se que todas essas situações envolvem um elevado grau de perigo.

c) O crime ficará caracterizado quando, diante desses eventos perigosos, o agente **subtrair, ocultar ou inutilizar aparelho, material ou qualquer meio destinado a serviço de combate ao perigo**, de socorro ou salvamento; ou impedir ou dificultar serviço de tal natureza.

Suponha, por exemplo, que ocorra um incêndio em um determinado prédio. Tício, um dos moradores do local, percebe que está acontecendo o incêndio e sai do seu apartamento, correndo escada abaixo em direção ao térreo. O objetivo é sair logo do prédio. No caminho, ele percebe que há um extintor de incêndio no corredor. Ele, então, pega o extintor, retorna ao seu apartamento e o oculta lá dentro. Nessa situação, ele estará praticando o crime do art. 257, do CP.

Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento.

Art. 257 - Subtrair, ocultar ou inutilizar, por ocasião de incêndio, inundação, naufrágio, ou outro desastre ou

calamidade, aparelho, material ou qualquer meio destinado a serviço de combate ao perigo, de socorro ou salvamento; ou impedir ou dificultar serviço de tal natureza.

Pena - reclusão, de dois a cinco anos, e multa.

Há **divergência doutrinária** quanto à consumação do crime do art. 257. Alguns autores entendem que ele se considera consumado **independentemente** de expor a perigo a incolumidade pública; outros entendem que a exposição a perigo é **elemento essencial** para que ele seja consumado. Para os primeiros, estaríamos diante de um crime formal; para os segundos, um crime material.

No crime do art. 257, a ação penal é pública **incondicionada**. **Não há previsão** para a modalidade culposa.

2.9- Difusão de doença ou praga:

A Lei nº 9.605/98, que trata dos crimes ambientais, **revogou tacitamente** o art. 259, do Código Penal. Segundo o art. 61, da Lei nº 9.605/98, constitui crime o ato de “**DISSEMINAR** *doença ou praga ou espécies que possam causar dano à agricultura, à pecuária, à fauna, à flora ou aos ecossistemas*”.

Mas por que se considera que o art. 259, do CP, foi revogado tacitamente?

O Código Penal enquadra como crime o ato de “difundir doença ou praga que possa causar dano à floresta, plantação ou animais de utilidade econômica”. Comparando a redação do Código Penal com a do art. 61, da Lei de Crimes Ambientais, é possível verificar que **aquela** (a redação do CP) **é menos abrangente**. Isso fica claro porque os termos “floresta”, “plantação” e “animais de utilidade econômica” **podem ser encaixados** dentro de “fauna” e “flora”. Registre-se, ainda, que a conduta tipificada na Lei de Crimes Ambientais também abrange a **disseminação de espécies** que possam causar dano ao meio ambiente.

Vejamos como esses assuntos podem ser cobrados em prova!



2. (CESPE/ Juiz TJ-BA-2012) Não é prevista a modalidade culposa para o crime de desabamento.

Comentários:

O crime de desabamento existe tanto na modalidade dolosa quanto na modalidade culposa. Questão errada.

3. (CESPE / PC-PB – 2009) O crime de incêndio é de perigo abstrato. Dessa maneira, é típica a conduta do agente que cause incêndio em uma casa em ruínas, inabitada e localizada em local solitário.

Comentários:

O crime de incêndio é considerado um crime de perigo concreto. Questão errada.

4. (CESPE / PC-PB – 2009) O crime de explosão é mais severamente punido se a substância utilizada para a explosão for dinamite.

Comentários:

O crime de explosão é mais severamente punido quando a substância utilizada para a explosão for dinamite ou outro explosivo de efeitos equivalentes. Questão correta.

5. (CESPE / PC-PB – 2009) No crime de uso de gás tóxico ou asfixiante, se o agente, embora não querendo o resultado morte, ocasioná-lo culposamente, responderá pelos dois crimes: uso de gás tóxico ou asfixiante e homicídio culposo, em concurso formal.

Comentários:

Não haverá concurso de crimes quando há dolo no “uso de gás tóxico ou asfixiante” e culpa no resultado morte. Nesse caso, haverá aumento da pena. Questão errada.

6. (CESPE / ABIN – 2008) Letícia, mediante arremesso de dinamite, expôs a perigo a vida e a integridade física de passageiros de uma aeronave. Nessa situação, Letícia deve responder por crime de explosão, que admite a modalidade culposa.

Comentários:

Segundo o art. 251, do Código Penal, o crime de explosão consiste em expor a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem, mediante **explosão, arremesso** ou **simples colocação** de engenho de dinamite ou de substância de efeitos análogos. Questão correta.

7. (MPE-SP – 2012) No crime de explosão (art. 251, CP), é dispensável para a consumação do crime a efetiva explosão, bastando que da ação do agente ocorra perigo concreto à incolumidade pública.

Comentários:

Segundo o art. 251, do Código Penal, constitui crime expor a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem, mediante **explosão, arremesso** ou **simples colocação** de engenho de dinamite ou de substância de efeitos análogos. Assim, não é só pela explosão que se consuma o crime do art. 251, do CP; o arremesso ou simples colocação de engenho de dinamite são suficientes para consumir o crime. Questão correta.

8. (CESPE / MPE-SE- 2010) Tratando-se de crime de explosão, se a substância utilizada não for dinamite ou explosivo de efeitos análogos, o agente será menos severamente punido.

Comentários:

Quando, no crime de explosão, **não se utiliza** dinamite ou explosivo de efeitos análogos, a **pena aplicada será menor**. Questão correta.

9. (CESPE / MPE-SE- 2010) No que concerne a crime de incêndio, a intenção de obter vantagem pecuniária com a conduta constitui fato não punível, pois pertence à fase de cogitação do crime e não pode, assim, ser punida.

Comentários:

Segundo o art. 250, § 1º, a pena será **aumentada em um terço** se o crime de incêndio for cometido com intuito de obter vantagem pecuniária em proveito próprio ou alheio. Assim, a intenção de obter vantagem pecuniária constitui, sim, fato punível. Questão errada.

10. (CESPE / MPE-SE- 2010) Não se pune o incêndio culposos, a menos que o sujeito ativo possua o dever legal de evitar o perigo.

Comentários:

O crime de incêndio também existe na modalidade culposa. Questão errada.

11. (CESPE / MPE-SE- 2010) Para que o crime de incêndio se consume, é necessário que haja ao menos lesão corporal leve em uma das vítimas.

Comentários:

O crime de incêndio é formal; para sua consumação, basta que seja praticada a conduta pelo agente, independentemente do resultado produzido. Questão errada.

12. (CESPE / MPE-SE- 2010) O crime de inundação é punido mesmo que a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem não sejam expostos a perigo.

Comentários:

Segundo o art. 254, do CP, o crime de inundação consiste em “causar inundação, **expondo a perigo** a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem”. Questão errada.

13. (MPE-SP – 2012) Não se pune o incêndio culposo (art. 250, § 2º, CP), salvo se é em edifício público.

Comentários:

O crime de incêndio, em sua modalidade culposa, também é punível. No entanto, a pena aplicada será menor do que quando houver dolo. Questão errada.

14. (MPE-PE – 2008) Sobre o crime de perigo de inundação, previsto no Código Penal, é correto afirmar:

- a) O elemento subjetivo é tanto o dolo quanto a culpa em sentido estrito.
- b) Só se consuma com a efetiva inundação.
- c) Trata-se de crime de perigo concreto, exigindo a causação de risco para a incolumidade pública.
- d) Sujeito ativo do delito é apenas o proprietário do imóvel em que se encontra o obstáculo ou a obra destinada a impedir inundação.
- e) Para sua caracterização basta a ocorrência de perigo eventual.

Comentários:

Letra A: errada. A maior parte da doutrina considera que o perigo de inundação não existe na modalidade culposa.

Letra B: errada. O crime de perigo de inundação é formal; ele se consuma quando o obstáculo à inundação é retirado.

Letra C: correta. É um crime de perigo concreto, exigindo a comprovação de efetivo risco à vida, à integridade física ou ao patrimônio de outrem.

Letra D: errada. O sujeito ativo do delito é aquele que retira o obstáculo à inundação

Letra E: errada. O crime é de perigo concreto.

3- Crimes contra a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos:

3.1- Perigo de desastre ferroviário:

O crime de “perigo de desastre ferroviário” está previsto no art. 260, do Código Penal e consiste em **IMPEDIR** ou **PERTURBAR** serviço de estrada de ferro, mediante **adoção das seguintes condutas**:

- destruindo, danificando ou desarranjando, total ou parcialmente, linha férrea, material rodante ou de tração, obra-de-arte ou instalação;

- colocando obstáculos na linha;

- transmitindo falso aviso acerca do movimento dos veículos ou interrompendo ou embaraçando o funcionamento de telégrafo, telefone ou radiotelegrafia;

- praticando outro ato de que possa resultar desastre.

No crime de “perigo de desastre ferroviário”, verifica-se a presença de **dois núcleos do tipo**: os verbos **IMPEDIR** e **PERTURBAR**. **Impedir** consiste em obstruir, impor obstáculo; **perturbar** é dificultar o normal funcionamento, causar transtorno.

Ambas as condutas devem se manifestar em relação ao “**serviço de estrada de ferro**”. Segundo o art. 260, § 3º, “*entende-se por estrada de ferro qualquer via de comunicação em que circulem veículos de tração mecânica, em trilhos ou por meio de cabo aéreo.*” Assim, estão incluídos no conceito as linhas de metrô, bondes e trens.

O delito em questão é classificado como **crime de forma vinculada**, eis que a conduta de “impedir ou perturbar serviço de estrada de ferro” deverá ser exteriorizada mediante o uso dos meios de execução relacionados nos incisos I a IV, do art. 260, do Código Penal.

O “perigo de desastre ferroviário” é considerado **crime formal**, uma vez que sua consumação ocorrerá quando o **agente pratica alguma das condutas descritas**, independentemente da ocorrência do desastre.

Pode ser, entretanto, que a conduta do agente **cause efetivamente um desastre**. Nesse caso, estaremos diante do **tipo qualificado** previsto no art. 260, § 1º, do CP, denominado “desastre ferroviário”. Para que este crime fique configurado, é essencial que exista um **nexo de causalidade** entre a conduta do agente e o resultado (desastre).

O crime de “desastre ferroviário” será **doloso** quando houver a intenção do agente em causar o desastre. Poderá também ser **preterdoloso**, quando o agente tinha a intenção de impedir ou perturbar o serviço da rede ferroviária, mas acabou provocando resultado mais danoso: o desastre. Nesse crime (**crime preterdoloso**), o agente teve dolo na ação (intencionalmente, ele buscava apenas impedir ou perturbar o serviço da rede ferroviária), mas culpa no resultado. O “desastre ferroviário” poderá, ainda, se manifestar na **modalidade culposa**.

3.2- Atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo:

Esse crime visa tutelar a incolumidade pública, em especial a segurança dos transportes marítimo, fluvial ou aéreo. Consiste em “**EXPOR** a perigo embarcação ou aeronave, própria ou alheia, ou **PRATICAR** qualquer ato tendente a **IMPEDIR** ou **DIFICULTAR** a navegação marítima, fluvial ou aérea.”

Atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo.

Art. 261 - Expor a perigo embarcação ou aeronave, própria ou alheia, ou praticar qualquer ato tendente a impedir ou dificultar navegação marítima, fluvial ou aérea:

Pena - reclusão, de dois a cinco anos.

Sinistro em transporte marítimo, fluvial ou aéreo

§ 1º - Se do fato resulta naufrágio, submersão ou encalhe de embarcação ou a queda ou destruição de aeronave:

Pena - reclusão, de quatro a doze anos.

Prática do crime com o fim de lucro

§ 2º - Aplica-se, também, a pena de multa, se o agente pratica o crime com intuito de obter vantagem econômica, para si ou para outrem.

Modalidade culposa

§ 3º - No caso de culpa, se ocorre o sinistro:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos.

O crime em questão é considerado **comum** (qualquer pessoa pode praticá-lo), **formal** (consuma-se com a conduta do agente), de **forma livre** (admite qualquer meio de execução) e, em regra, **comissivo**. A ação penal é pública incondicionada.

Pode ser que, da conduta do agente, **resulte naufrágio, submersão ou encalhe** de **embarcação** ou a **queda ou destruição** da **aeronave**. Nesse caso, estaremos diante do tipo qualificado previsto no art. 261, § 1º.

3.3- Atentado contra a segurança de outro meio de transporte:

Segundo o art. 262, do Código Penal, consiste em crime “**expor a perigo outro meio de transporte público, impedir-lhe ou dificultar-lhe o funcionamento.**” O objeto material é **qualquer meio de transporte público** que não esteja dentre aqueles previstos no art. 260 e 261, do Código Penal. Destaque-se que a expressão “meio de transporte público” diz respeito aos serviços prestados pelo Poder Público, diretamente ou por meio de concessão.

Atentado contra a segurança de outro meio de transporte

Art. 262 - Expor a perigo outro meio de transporte público, impedir-lhe ou dificultar-lhe o funcionamento:

Pena - detenção, de um a dois anos.

§ 1º - Se do fato resulta desastre, a pena é de reclusão, de dois a cinco anos.

§ 2º - No caso de culpa, se ocorre desastre:

Pena - detenção, de três meses a um ano.

3.4- Arremesso de projétil:

Constitui crime, nos termos do art. 264, do CP, “**ARREMESSAR projétil contra veículo, em movimento, destinado ao transporte público por terra, por água ou pelo ar.**”

O núcleo do tipo é o verbo **arremessar**, que significa lançar, atirar, jogar. **Projétil** é o objeto capaz de provocar dano como, por exemplo, pedras e pedaços de madeira. Para que o crime seja praticado, não basta, entretanto, que um projétil seja arremessado; é necessário que ele seja arremessado **contra um veículo em movimento, destinado ao transporte público**.

Arremesso de projétil

Art. 264 - Arremessar projétil contra veículo, em movimento, destinado ao transporte público por terra, por água ou pelo ar:

Pena - detenção, de um a seis meses.

Parágrafo único - Se do fato resulta lesão corporal, a pena é de detenção, de seis meses a dois anos; se resulta morte, a pena é a do art. 121, § 3º, aumentada de um terço.

Trata-se de **crime comum** (pode ser praticado por qualquer pessoa), **formal** (sua consumação depende apenas da conduta de "arremessa projétil") e de **forma livre** (não está vinculado a um meio de execução específico). Classifica-se, ainda, como **crime doloso**, não sendo admitida a modalidade culposa. É um **crime de perigo abstrato**, pois não se exige a comprovação efetiva da situação de perigo).

3.5 – Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública:

O crime consiste em "**ATENTAR** contra a segurança ou o funcionamento de serviço de água, luz, força ou calor, ou qualquer outro de utilidade pública". Nesse tipo penal, o agente **coloca em risco a segurança ou o funcionamento** de um serviço de utilidade pública. Os serviços de água, luz, força ou calor são meramente exemplificativos; a conduta poderá se manifestar em relação a qualquer outro serviço de utilidade pública.

Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública

Art. 265 - Atentar contra a segurança ou o funcionamento de serviço de água, luz, força ou calor, ou qualquer outro de utilidade pública:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa.

Parágrafo único - Aumentar-se-á a pena de 1/3 (um terço) até a metade, se o dano ocorrer em virtude de subtração de material essencial ao funcionamento dos serviços.

É considerado crime **comum, formal, de forma livre** e, em regra, **comissivo**. **Admite a tentativa**, mas não a modalidade culposa. A ação é penal pública incondicionada.

3.6 - Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública:

O art. 266 descreve como crime a conduta de “**INTERROMPER** ou **PERTURBAR** serviço telegráfico, radiotelegráfico ou telefônico, **IMPEDIR** ou **DIFICULTAR-LHE** o restabelecimento.” Consiste em delito que visa tutelar os **serviços de comunicação**.

Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública.

Art. 266 - Interromper ou perturbar serviço telegráfico, radiotelegráfico ou telefônico, impedir ou dificultar-lhe o restabelecimento:

Pena - detenção, de um a três anos, e multa.

§ 1º Incorre na mesma pena quem interrompe serviço telemático ou de informação de utilidade pública, ou impede ou dificulta-lhe o restabelecimento.

§ 2º Aplicam-se as penas em dobro se o crime é cometido por ocasião de calamidade pública.

O crime é **comum, formal, vago, de forma livre** e, em regra, **comissivo**. **Admite a tentativa**, mas não a modalidade culposa. A ação penal é pública **incondicionada**.

Vejamos como esses assuntos podem ser cobrados em prova!



15. (CESPE / ABIN – 2008) Flávia arremessou projétil em ônibus destinado ao transporte público, enquanto o ônibus estava em movimento e com passageiros em seu interior. Nessa situação, a conduta de Flávia somente será considerada crime se tiver resultado em lesão corporal ou morte; caso contrário, será considerada apenas ilícito civil.

Comentários:

A consumação do crime de “arremesso de projétil” ocorrerá com a prática da conduta pelo agente, independentemente do resultado. Assim, o simples fato de Flávia ter arremessado o projétil contra o ônibus em movimento já caracteriza o crime. Questão errada.

16. (CESPE/ Juiz TJ-BA-2012) Não integram o tipo penal perigo de desastre ferroviário os veículos de tração mecânica por meio de cabo aéreo.

Comentários:

Segundo o art. 260, § 3º, “*entende-se por estrada de ferro qualquer via de comunicação em que circulem veículos de tração mecânica, em trilhos ou **por meio de cabo aéreo***”. Questão errada.

4- Falsidade documental e outras falsidades:

4.1- Falsificação do selo ou sinal público:

Esse delito busca proteger (tutelar) a **fé pública** quanto aos sinais públicos usados como autenticação. O crime consiste em **FALSIFICAR**, fabricando-os ou alterando: **i)** selo público destinado a autenticar atos oficiais da União, de Estado ou de Município e; **ii)** selo ou sinal atribuído por lei a entidade de direito público, ou a autoridade, ou sinal público de tabelião. Esse crime fica caracterizado quando, por exemplo, uma pessoa falsifica carimbos de um cartório e começa a utilizá-lo para autenticar documentos e reconhecer firmas.

Falsificação do selo ou sinal público

Art. 296 - Falsificar, fabricando-os ou alterando-os:

I - selo público destinado a autenticar atos oficiais da União, de Estado ou de Município;

II - selo ou sinal atribuído por lei a entidade de direito público, ou a autoridade, ou sinal público de tabelião:

Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa.

§ 1º - Incorre nas mesmas penas:

I - quem faz uso do selo ou sinal falsificado;

II - quem utiliza indevidamente o selo ou sinal verdadeiro em prejuízo de outrem ou em proveito próprio ou alheio.

III - quem altera, falsifica ou faz uso indevido de marcas, logotipos, siglas ou quaisquer outros símbolos utilizados ou identificadores de órgãos ou entidades da Administração Pública.

§ 2º - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de sexta parte.

O crime de falsificação do selo ou sinal público é **crime comum** (pode ser praticado por qualquer pessoa), de natureza **formal** (consumação depende apenas da conduta do agente) e **comissivo**. **Apenas existe na forma dolosa**, não admitindo a modalidade culposa. **Admite a tentativa** quando, por circunstâncias alheias à sua vontade, a fabricação do selo ou sinal público for interrompido. A ação penal é pública **incondicionada**.

4.2- Falsificação de documento público:

O art. 297, do Código Penal, estabelece como crime **FALSIFICAR**, no todo ou em parte, documento público ou **ALTERAR** documento público verdadeiro.

São dois os núcleos do tipo: “falsificar” e “alterar”. **Falsificar** um documento público equivale a criar/fabricar um documento público que até o momento não existia; **alterar** significa modificar um documento público já existente.

Suponha que Mévio seja aprovado em um concurso público que exija a apresentação de carteira de motorista como condição para a posse. No entanto, Mévio não possui CNH. Com medo de perder a oportunidade de se tornar servidor público, Mévio “fabrica” uma carteira de motorista para si próprio. Nesse caso, ele estará **falsificando um documento público** (criou um documento que até então não existia).

Imagine, agora, que Mévio possui uma carteira nacional de habilitação e, portanto, poderia tomar posse no concurso. No entanto, a CNH está vencida, o que poderia trazer-lhe problemas. Com receio de perder a oportunidade, Mévio altera a data de validade de sua CNH. Ele estará, nessa situação, **alterando documento público** verdadeiro.

Para entender perfeitamente o campo de abrangência do tipo penal ora em análise, é necessário que compreendamos o significado de “**documento público**”. Documento público é o documento **escrito** elaborado por **funcionário público no exercício de função pública** e dotado de **eficácia probante e relevância jurídica**.

Falsificação de documento público

Art. 297 - Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro:

Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa.

§ 1º - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de sexta parte.

§ 2º - Para os efeitos penais, equiparam-se a documento público o emanado de entidade paraestatal, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial, os livros mercantis e o testamento particular.

§ 3º Nas mesmas penas incorre quem insere ou faz inserir:

I – na folha de pagamento ou em documento de informações que seja destinado a fazer prova perante a previdência social, pessoa que não possua a qualidade de segurado obrigatório;

II – na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado ou em documento que deva produzir efeito perante a previdência social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter sido escrita;

III – em documento contábil ou em qualquer outro documento relacionado com as obrigações da empresa perante a previdência social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter constado.

§4º - Nas mesmas penas incorre quem omite, nos documentos mencionados no § 3º, nome do segurado e seus dados pessoais, a remuneração, a vigência do contrato de trabalho ou de prestação de serviços.

Existem documentos que são **equiparados** pelo art. 297, § 2º, **a documentos públicos**. São eles os documentos emanados de entidades paraestatais, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial, os livros mercantis e o testamento particular.

O crime é **formal** (consumação ocorre com a falsificação do documento público, independentemente do resultado), **comum** (pode ser cometido por qualquer pessoa), de **forma livre** (não está vinculado a um meio de execução específico) e, em regra, **comissivo**. Trata-se de **crime doloso**, não admitindo a modalidade culposa.

É possível que o crime de falsificação de documento público ocorra **sob a forma de tentativa** quando o agente, por circunstâncias alheias à sua vontade, não conseguir concluir o processo de falsificação. A ação penal é pública **incondicionada**.

4.3- Falsificação de documento particular:

Esse tipo penal é bastante semelhante ao previsto no art. 297, do Código Penal. A diferença entre eles reside na natureza do **objeto material** do delito. Enquanto o art. 297 trata da falsificação de

documento público, o art. 298 versa sobre a falsificação de **documento particular**.

Segundo o art. 298, do Código Penal, consiste em crime **FALSIFICAR**, no todo ou em parte, documento particular ou **ALTERAR** documento particular verdadeiro.

Falsificação de documento particular

Art. 298 - Falsificar, no todo ou em parte, documento particular ou alterar documento particular verdadeiro:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa.

Falsificação de cartão

Parágrafo único. Para fins do disposto no **caput**, equipara-se a documento particular o cartão de crédito ou débito.

Cabe destacar, nesse ponto, que o legislador **cominou pena menor para o crime de falsificação de documento particular** do que para o crime de falsificação de documento público (que possui pena mais gravosa). Isso se deve ao fato de que o crime do art. 297 (falsificação de documento público) **afeta diretamente a credibilidade do Estado**.

O conceito de “**documento particular**” nos é dado por **exclusão**. Considera-se documento particular todos aqueles documentos que não sejam públicos; em outras palavras, são os documentos que não exigem intervenção de funcionário público para serem emitidos.

4.4- Falsidade ideológica:

Os crimes de “falsificação de documento público” e de “falsificação de documento particular” visam evitar a chamada **falsidade material**. Nesses crimes, é **elaborado um documento fraudulento**, inválido sob o ponto de vista formal.

No crime do art. 299, do Código Penal, o **documento é formalmente válido**, porém, seu conteúdo (as ideias nele contidas) não é condizente com a realidade. Trata-se de **falsidade ideológica**, é dizer, falsidade do conteúdo do documento.

Segundo o art. 299, do Código Penal, consiste em crime **OMITIR**, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele **INSERIR** ou **FAZER INSERIR** declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

O bem jurídico tutelado pelo tipo penal ora em análise é a **fé pública**, especialmente no que diz respeito ao conteúdo dos documentos em geral, os quais **deverão refletir a realidade**, e não omiti-la ou fazer referência a fatos inverídicos. Cabe destacar que **todos os tipos de documentos** (sejam eles públicos ou privados) são penalmente protegidos por esse delito.

Falsidade ideológica

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

O crime de falsidade ideológica é **comum**, pois pode ser praticado por qualquer pessoa. No entanto, se o **agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo**, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, a **pena será majorada**.

A falsidade ideológica é **crime formal** (se consuma com a adoção da conduta descrita pelo art. 299, independentemente do resultado), de **forma livre** (não está vinculado a um meio de execução específico) e **pode ser comissivo ou omissivo**, dependendo do caso.

4.5- Falso reconhecimento de firma ou letra:

Segundo o art. 300, do Código Penal, consiste em crime **RECONHECER**, como verdadeira, no exercício de função pública, firma ou letra que não o seja. Trata-se de **crime próprio**, que pode ser praticado somente por **funcionário público** a quem incumbe efetuar o reconhecimento de firma (tabeliães e agentes consulares).

Falso reconhecimento de firma ou letra

Art. 300 - Reconhecer, como verdadeira, no exercício de função pública, firma ou letra que o não seja:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público; e de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

O falso reconhecimento de firma é **crime doloso**, não se admitindo a modalidade culposa. Nesse sentido, se o **tabelião for enganado por uma assinatura falsa**, não ficará configurado o crime. O tipo penal somente irá ocorrer quando, mesmo sabendo que a assinatura (firma) é falsa, o funcionário público a autenticar.

Trata-se de **crime formal**, eis que, para que seja consumado, independe da produção de qualquer resultado, bastando que ocorra a conduta descrita no art. 300, do Código Penal. Sua **forma é vinculada**, pois o meio de execução será a autenticação de firma ou letra. A ação penal é pública **incondicionada**.

4.6- Certidão ou atestado ideologicamente falso:

Segundo o art. 301, do Código Penal, constitui crime **ATESTAR** ou **CERTIFICAR** falsamente, em razão de função pública, fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem.

O objeto material do crime é o **atestado ou certificado falso**, inverídico. **Atestado** é um documento por meio do qual um servidor público declara sua convicção acerca de um determinado fato ou circunstância. Como exemplo, citamos um **atestado de obra executada**. **Certidão** é um documento por meio do qual se garante que alguma informação está, de fato, contida em um documento público. Por exemplo, existe a conhecida “**Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**”.

Para que fique configurado o crime do art. 301, do Código Penal, a certidão ou o atestado emitidos pelo funcionário público **devem ser ideologicamente falsos**. Do **ponto de vista formal**, esses documentos serão válidos, pois emitidos por quem de direito; entretanto, do **ponto de vista material** (ideológico), seu conteúdo é inverídico.

Para a caracterização do delito, é necessário, ainda, que a **certidão/atestado falso seja emitido** para **habilitar alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem**. Assim, há um objetivo específico no ato de emitir certidão/atestado ideologicamente falso.

Certidão ou atestado ideologicamente falso

Art. 301 - Atestar ou certificar falsamente, em razão de função pública, fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem:

Pena - detenção, de dois meses a um ano.

O crime é **próprio** (somente pode ser praticado por funcionário público), **formal** (para sua consumação, basta que a conduta seja praticada), de **forma vinculada** (o meio de execução será, obrigatoriamente, um atestado ou certidão ideologicamente falsos) e, em regra **comissivo**. É **crime doloso**, não admitindo a modalidade culposa.

No art. 301, caput, o legislador **buscou impedir a falsidade ideológica** de certidão ou atestado. Entretanto, no art. 301, § 1º, o objetivo é diverso: o legislador **visou impedir a falsidade material** (formal) de atestado/certidão.

Falsidade material de atestado ou certidão

§ 1º - Falsificar, no todo ou em parte, atestado ou certidão, ou alterar o teor de certidão ou de atestado verdadeiro, para prova de fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem:

Pena - detenção, de três meses a dois anos.

§ 2º - Se o crime é praticado com o fim de lucro, aplica-se, além da pena privativa de liberdade, a de multa.

No dispositivo supratranscrito, a conduta pode ser cometida por qualquer pessoa o que a torna um **crime comum** (geral). Ficará caracterizado o crime quando, por exemplo, uma pessoa **"fabricar"** um atestado ou certidão para poder ser nomeada em um cargo público.

4.7- Falsidade de atestado médico:

O art.302, do Código Penal, estabeleceu o crime de **falsidade de atestado médico**, que visa tutelar a fé pública, especialmente quanto à credibilidade da sociedade em relação às informações constantes desse tipo de documento.

Falsidade de atestado médico

Art. 302 - Dar o médico, no exercício da sua profissão, atestado falso:

Pena - detenção, de um mês a um ano.

Parágrafo único - Se o crime é cometido com o fim de lucro, aplica-se também multa.

O núcleo do tipo é o verbo **"DAR"**, que equivale a conceder, entregar documento com **informação inverídica**, incompatível com a realidade.

O crime é **próprio** (somente pode ter como sujeito ativo o médico), **formal** (sua consumação independe da produção de resultado)

e, em regra, **comissivo**. Trata-se de **crime doloso**, não admitindo a modalidade culposa. A ação penal é pública **incondicionada**.

4.8- Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica:

Segundo o art. 303, do Código Penal, constitui crime **"REPRODUZIR** ou **ALTERAR** selo ou peça filatélica que tenha valor para coleção, salvo quando a reprodução ou alteração está visivelmente anotada na face ou no verso do selo ou peça."

Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica

Art. 303 - Reproduzir ou alterar selo ou peça filatélica que tenha valor para coleção, salvo quando a reprodução ou a alteração está visivelmente anotada na face ou no verso do selo ou peça:

Pena - detenção, de um a três anos, e multa.

Parágrafo único - Na mesma pena incorre quem, para fins de comércio, faz uso do selo ou peça filatélica.

4.9- Uso de documento falso:

O **uso de documento falso** está previsto no art. 304, do Código Penal, dispositivo que transcrevemos abaixo:

Uso de documento falso

Art. 304 - Fazer uso de qualquer dos papéis falsificados ou alterados, a que se referem os arts. 297 a 302:

Pena - a cominada à falsificação ou à alteração.

É importante notar que o tipo penal do art. 304, do Código Penal, está, necessariamente, **relacionado a outro crime**. Por exemplo, o art. 302 **criminaliza a conduta do médico que dá atestado falso**. Se alguém fizer uso desse atestado falso, estará cometendo o crime do art. 304 (uso de documento falso).

Em razão da necessária correlação do crime do art. 304 com outros crimes, o uso de documento falso é considerado um **delito acessório**. Sua **existência não é autônoma**, mas dependente da prática de outro crime.

Cabe destacar que o **simples porte do documento falso não criminaliza a conduta do agente**. É necessário que o documento falso seja **efetivamente utilizado**. Com efeito, o núcleo do tipo penal é **"FAZER USO"**, e não "TER A POSSE" ou "PORTAR".

Não são considerados documentos, para fins de caracterização do crime de uso de documento falso, as **fotocópias sem autenticação** e os **papéis impressos ou datilografados sem assinatura**. Assim, serão **atípicas** as condutas que envolverem esses objetos.

O crime de uso de documento falso é **comum** (pode ser praticado por qualquer pessoa), **formal** (é consumado com o uso do documento falsificado), de **forma livre** (não está vinculado a nenhum meio de execução específico) e, em regra, **comissivo**. Trata-se de **crime doloso**, não sendo admitida a modalidade culposa. A ação penal é pública **incondicionada**.

Destaque-se que segundo a doutrina e a jurisprudência, **não se aplica o princípio da insignificância** ao crime de uso de documento falso, em virtude de o bem jurídico tutelado ser a fé pública. O princípio da insignificância é um **princípio do direito penal** que se apoia na tese de que o Estado não deverá punir condutas que ofendem de maneira insignificante um bem jurídico tutelado.

Questão interessante, já examinada pela doutrina e jurisprudência, é saber qual a solução jurídica quando uma **mesma pessoa falsifica um documento e, em seguida, faz uso desse documento falsificado**. Será ela responsabilizada pela prática dos dois crimes? Segundo entendimento do STJ, ao praticar as duas condutas (falsificar documento e usá-lo), o **agente deverá ser responsabilizado apenas pelo crime de falsificação**.

4.10- Supressão de documento:

A supressão de documento é crime previsto no art. 305, do Código Penal e consiste em **DESTRUIR, SUPRIMIR** ou **OCULTAR**, em benefício próprio ou de outrem, ou em prejuízo alheio, documento público ou particular verdadeiro, de que não podia dispor. Ora, se constitui crime a falsificação de documento (seja ele público ou particular), nada mais natural do que a **supressão de documento verdadeiro** também assim seja considerada.

Suponha, por exemplo, que há um processo administrativo disciplinar “correndo” contra Tício. O principal meio de prova é um documento que demonstra que Tício foi o responsável pelo recebimento de equipamentos de informática na sua repartição pública. Sabendo disso, Tício acha o processo e destrói o original e todas as cópias do mencionado documento. Estará caracterizado, nessa situação, o crime de supressão de documento. Perceba que o documento suprimido era **verdadeiro** e que Tício **não poderia dele dispor**. Ademais, a supressão do documento foi realizado em benefício de Tício.

Supressão de documento

Art. 305 - Destruir, suprimir ou ocultar, em benefício próprio ou de outrem, ou em prejuízo alheio, documento público ou particular verdadeiro, de que não podia dispor:

Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa, se o documento é público, e reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é particular.

O crime de supressão de documento é **comum** (pode ser praticado por qualquer pessoa), **formal** (sua consumação ocorre com a conduta do agente, independentemente da produção de resultado, de **forma livre** (não está vinculada a um meio de execução específico) e, em regra **comissivo**. Trata-se de **crime doloso**, não admitindo a modalidade culposa. A ação penal é pública **incondicionada**.

4.11- Falsificação do sinal empregado no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou para outros fins:

Segundo o art. 306, do Código Penal, constitui crime “**FALSIFICAR**, fabricando-o ou alterando-o, **marca ou sinal empregado pelo poder público** no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou **USAR** marca ou sinal dessa natureza, falsificado por outrem.”

Há dois núcleos do tipo: **falsificar** e **usar**. **Falsificar** consiste em reproduzir, “fabricar” marca ou sinal empregado pelo poder público no contraste de metal precioso (usado para certificar a qualidade do metal precioso) ou na fiscalização alfandegária. **Usar** consiste em empregar marca ou sinal produzido por terceira pessoa.

Falsificação do sinal empregado no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou para outros fins

Art. 306 - Falsificar, fabricando-o ou alterando-o, marca ou sinal empregado pelo poder público no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou usar marca ou sinal dessa natureza, falsificado por outrem:

Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa.

Parágrafo único - Se a marca ou sinal falsificado é o que usa a autoridade pública para o fim de fiscalização sanitária, ou para autenticar ou encerrar determinados objetos, ou comprovar o cumprimento de formalidade legal:

Pena - reclusão ou detenção, de um a três anos, e multa.

O crime ora em comento é **comum**, **formal**, de **forma livre** e, em regra, **comissivo**. Trata-se de **delito doloso**, não se admitindo a modalidade culposa. A ação penal é pública **incondicionada**.

4.12 – Falsa identidade:

Segundo o art. 307, do Código Penal, constitui crime **ATRIBUIR-SE** ou **ATRIBUIR a terceiro** falsa identidade para obter vantagem, em proveito próprio ou alheio, ou para causar dano a outrem. Suponha, por exemplo, que Tício (rapaz super inteligente e estudioso) comparece a um concurso público no lugar de Mévio. Ele se faz passar por Mévio, fazendo a prova em seu lugar. Estará incorrendo, então, no crime de falsa identidade.

Falsa identidade

Art. 307 - Atribuir-se ou atribuir a terceiro falsa identidade para obter vantagem, em proveito próprio ou alheio, ou para causar dano a outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa, se o fato não constitui elemento de crime mais grave.

O crime de falsa identidade é **formal**, considerando-se consumado no **momento em que o agente se atribui ou atribui a terceiros uma falsa identidade**. O agente deve ter agido com o **objetivo** de obter vantagem ou de causar dano a outrem; no entanto, a **efetiva** obtenção de vantagem ou causação de dano são irrelevantes para a caracterização do crime.

Segundo o STF, o **indivíduo que se atribui identidade falsa** para **esconder (ocultar) antecedentes criminais** ou, ainda, para **evitar alguma espécie de medida coercitiva**, **incorrerá no crime do art. 307**, do Código Penal (falsa identidade). Não há que se falar, nessa situação, em exercício de autodefesa como para legitimar apresentação de identidade falsa.

4.13 – Uso de documento de identidade alheia:

O **uso de documento de identidade alheia** é crime previsto no art. 308, do Código Penal, que assim dispõe:

Art. 308 - Usar, como próprio, passaporte, título de eleitor, caderneta de reservista ou qualquer documento de identidade alheia ou ceder a outrem, para que dele se utilize, documento dessa natureza, próprio ou de terceiro:

Pena - detenção, de quatro meses a dois anos, e multa, se o fato não constitui elemento de crime mais grave.

4.14- Fraude de lei sobre estrangeiro:

Segundo o art. 309, do Código Penal, constitui crime **USAR** o estrangeiro, para entrar ou permanecer no território nacional, **nome que não é o seu**. Trata-se de crime que afronta a fé pública e o controle do Estado sobre a entrada e permanência de estrangeiros no território nacional.

Fraude de lei sobre estrangeiro

Art. 309 - Usar o estrangeiro, para entrar ou permanecer no território nacional, nome que não é o seu:

Pena - detenção, de um a três anos, e multa.

Parágrafo único - Atribuir a estrangeiro falsa qualidade para promover-lhe a entrada em território nacional:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

A fraude de lei sobre estrangeiro é **crime próprio** (somente pode ser praticado por estrangeiro), **formal** (consuma-se com a prática da conduta) e, em regra, **comissivo**.

4.15- Falsidade em prejuízo da nacionalização da sociedade:

Em certos casos, definidos na legislação, há **limitações ao exercício de atividades econômicas por estrangeiros**. Um estrangeiro não poderá, por exemplo, ser proprietário de empresa jornalística, conforme previsão do Estatuto do Estrangeiro.

Nessas situações, pode acontecer de algum brasileiro servir como "**laranja**", figurando como proprietário ou possuidor de ação, título ou valor que, na realidade, pertence a estrangeiro. Nesse caso, ficará configurado o crime do art. 310, do Código Penal:

Art. 310 - Prestar-se a figurar como proprietário ou possuidor de ação, título ou valor pertencente a estrangeiro, nos casos em que a este é vedada por lei a propriedade ou a posse de tais bens:

Pena - detenção, de seis meses a três anos, e multa.

4.16- Adulteração de sinal identificador de veículo automotor:

Os **veículos automotores possuem códigos** que os individualiza, como o número do chassi e outros sinais identificadores. A adulteração ou remarcação desses sinais identificadores constitui o crime previsto no art. 311, do Código Penal.

Adulteração de sinal identificador de veículo automotor

Art. 311 - Adulterar ou remarcar número de chassi ou qualquer sinal identificador de veículo automotor, de seu componente ou equipamento:

Pena - reclusão, de três a seis anos, e multa.

§ 1º - Se o agente comete o crime no exercício da função pública ou em razão dela, a pena é aumentada de um terço.

§ 2º - Incorre nas mesmas penas o funcionário público que contribui para o licenciamento ou registro do veículo remarcado ou adulterado, fornecendo indevidamente material ou informação oficial.

Segundo o STJ, a **colocação de fitas adesivas nas placas de veículos** com o objetivo de fugir à aplicação de multas de trânsito **não caracteriza o crime** de adulteração de sinal identificador de veículo automotor. Por tratar-se de **falsificação grosseira**, perceptível a olho nu por qualquer pessoa, não há lesão à fé pública, o que torna a **conduta atípica**.

Trata-se de **crime comum** (pode ser praticado por qualquer pessoa), **formal** (consuma-se com a prática da conduta), de **forma livre** (não está vinculado a um meio de execução específico) e, em regra **comissivo**. É considerado uma “**norma penal em branco**”, uma vez que o conceito de sinal identificador de veículo automotor **depende de regulamentação** pela legislação de trânsito.

Vejamos como esses assuntos podem ser cobrados em prova!



17. (CESPE / TJ – RO – 2012) O simples porte de documento de identidade falsificado caracteriza-se como crime de uso de documento falso.

Comentários:

Para que fique caracterizado o crime de uso de documento falso, é necessário que o agente efetivamente utilize o documento falsificado. Questão errada.

18. (CESPE / TJ – RO – 2012) A consumação do crime de falsa identidade depende da obtenção da vantagem pretendida pelo agente, com a atribuição falsa da identidade.

Comentários:

A caracterização do crime de falsa identidade independe da efetiva obtenção da vantagem pretendida. No entanto, para caracterizar o crime, o agente deve ter agido com a **finalidade** de obter tal vantagem. Questão errada.

19. (CESPE / TJ – RO – 2012) O uso de documento verdadeiro de identidade de terceiro caracteriza-se como crime de uso de documento falso.

Comentários:

Na situação apresentada pela questão, o crime é o que está previsto no art. 308, do CP: **uso de documento de identidade alheia**. Questão errada.

20. (CESPE / TJ – RO – 2012) O crime de certidão ou atestado falso consuma-se com o uso do documento falsificado e enseja a punição da falsidade material e da falsidade ideológica.

Comentários:

O **art. 301, caput**, do Código Penal tipifica o crime de certidão ou atestado ideologicamente falso. Nesse caso, os documentos serão verdadeiros, mas as ideias neles contidas são falsas. Dessa forma, o art. 301, **caput**, pune apenas a **falsidade ideológica**. No entanto, o **art. 301, § 1º**, do Código Penal, tipifica a **falsidade material** de um atestado ou certidão. Nesse caso, os documentos são “fabricados”. Verifica-se, portanto, que o Código Penal **pune tanto a falsidade material quanto a falsidade ideológica** de um atestado ou certidão.

O momento da consumação dos crimes **não é, entretanto, o uso do documento falsificado**; a consumação ocorre quando o agente atesta fato ou circunstância falsa (na hipótese do art. 301, **caput**) ou quando o agente falsifica o atestado ou certidão (na hipótese do art. 301, § 1º). Em razão disso, a questão está errada.

21. (CESPE / TJ – RO – 2012) Considere que um homem tenha retirado o edital de citação de sua companheira, o qual estava

afixado na entrada do fórum de sua cidade, a fim de evitar que outras pessoas tomassem conhecimento desse documento. Nessa situação, esse homem responderá pelo delito de supressão de documento público.

Comentários:

Segundo o art. 305, do Código Penal, o crime de **supressão de documento público** consiste em “destruir, suprimir ou ocultar, em benefício próprio ou de outrem, ou em prejuízo alheio, documento público ou particular verdadeiro, de que não podia dispor”.

O edital de licitação é um **documento público**, tendo sido **suprimido**, segundo o enunciado, com o objetivo de evitar que outros dele tomassem conhecimento. Fica, então, caracterizado o crime tipificado pelo art. 305, do CP. Questão correta.

22. (CESPE / Procurador TCDF – 2013) O crime de uso de documento falso é formal, consumando-se com a simples utilização do documento reputado falso, não se exigindo a comprovação de efetiva lesão à fé pública, o que afasta a possibilidade de aplicação do princípio da insignificância, em razão do bem jurídico tutelado.

Comentários:

De fato, o crime de uso de documento falso é **formal** (consuma-se com a utilização do documento falsificado pelo agente). Não se exige, portanto, a comprovação de lesão à fé pública; **pressupõe-se que esta ocorreu** com o uso do documento falsificado. Destaque-se também, conforme afirma o enunciado, que o **princípio da insignificância não se aplica ao crime** de uso de documento falso. Questão correta.

23. (CESPE / TJDF- 2013) Ao preencher e assinar declarações adotando nome falso, Carlos praticou o crime de falsidade ideológica.

Comentários:

De fato, ao inserir declaração falsa em documento público, fica caracterizado o crime de falsidade ideológica. Questão correta.

24. (CESPE / CNJ – 2013) Crime de falsificação de documento público, quando cometido por funcionário público, admite a modalidade culposa –hipótese em que a pena é reduzida.

Comentários:

O crime de falsificação de documento público (art. 297, do CP) não admite a modalidade culposa. Questão errada.

25. (CESPE / MPE-RR – 2012) A conduta consistente em usar fita adesiva ou isolante para modificar letras ou números da placa de veículo automotor não caracteriza, segundo o STJ, crime de adulteração de sinal identificador de veículo automotor, subsistindo, entretanto, a responsabilidade penal por crime de falsificação de documento público.

Comentários:

A **colocação de fita adesiva** na placa de veículo automotor **não caracteriza o crime** de adulteração de sinal identificador de veículo automotor, por tratar-se de falsificação grosseira, facilmente perceptível por qualquer pessoa. Também **não há que se falar no crime de falsificação de documento público**. Questão errada.

26. (CESPE / AGU – 2012) O agente que falsificar e, em seguida, usar o documento falsificado responderá apenas pelo crime de falsificação.

Comentários:

Segundo a doutrina e jurisprudência, o agente que praticar as duas condutas (falsificação e uso de documento falsificado) será responsabilizado apenas pelo crime de falsificação. Questão correta.

27. (CESPE / TCDF – 2012) É crime próprio, que somente pode ter como sujeito ativo o servidor público, falsificar, no todo ou em parte, atestado ou certidão, ou alterar o teor de certidão ou atestado, para produzir prova de fato que habilite alguém a obter cargo público.

Comentários:

Pegadinha! A questão está se referindo à conduta descrita no art. 301, § 1º, que é crime comum, podendo ser praticada por qualquer pessoa. A conduta descrita no art. 301, *caput*, é que é um crime próprio. Questão errada.

28. (CESPE / TCDF – 2012) A falsificação de moeda e a falsificação de documento particular, bem como a falsidade ideológica e a falsidade de atestado médico, são crimes contra a fé pública. Os dois primeiros dizem respeito à forma do objeto falsificado, que é criado ou alterado materialmente pelo agente; os dois últimos referem-se à falsidade do conteúdo da declaração

contida no documento, que, entretanto, é materialmente verdadeiro.

Comentários:

De fato, todos os crimes mencionados **violam a fé pública**. O crime de falsificação de moeda e de falsificação de documento particular são casos de **falsidade material** (a moeda e o documento são falsos). Nos crimes de falsidade ideológica e falsidade de atestado médico, os **documentos são formalmente verdadeiros**, mas seus **conteúdos é que são falsos**. Questão correta.

29. (CESPE / PC – CE – 2012) Considere que, em uma batida policial, um indivíduo se atribua falsa identidade perante autoridade policial com o intento de ocultar seus maus antecedentes. Nessa situação, conforme recente decisão do STF, configurar-se-á crime de falsa identidade, sem ofensa ao princípio constitucional da autodefesa.

Comentários:

O indivíduo **não pode**, com amparo no princípio da autodefesa, **apresentar identidade falsa** com o objetivo de ocultar maus antecedentes. Questão correta.

30. (CESPE / DPE-MA – 2011) Destruir, em benefício próprio ou de outrem, documento público ou particular verdadeiro de que não se pode dispor configura o delito de falsidade ideológica.

Comentários:

O crime descrito no enunciado é o de “supressão de documento público”, previsto no art. 305, do Código Penal. Questão errada.

31. (CESPE / DPE-MA – 2011) Reconhecer como verdadeira, no exercício de função pública, firma ou letra que não o seja caracteriza o delito de falsificação de documento particular.

Comentários:

O crime descrito no enunciado é o de “falso reconhecimento de firma ou letra”, previsto no art. 300, do Código Penal. Questão errada.

32. (CESPE / ABIN – Oficial Técnico de Inteligência – 2010) A omissão, em documento público, de declaração que dele deveria constar, ou a inserção de declaração falsa ou diversa da que deveria ter sido escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato jurídico relevante,

sujeita o funcionário público a pena de reclusão de um a cinco anos e multa, se o documento for público; e de um a três anos e multa, se o documento for particular. A pena será aumentada em um sexto se a falsificação ou alteração for de assentamento de registro civil.

Comentários:

Essa foi uma questão bastante difícil, que exigia conhecimentos sobre as **penas aplicáveis diante do crime de falsidade ideológica**. Não é muito comum a cobrança desse tipo de detalhe em provas que envolvam esse assunto (a banca queria que todos errassem a questão! rsrs) Transcrevemos abaixo o art. 299, do Código Penal.

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, ***aumenta-se a pena de sexta parte.***

Por tudo o que comentamos, a questão está correta.

33. (CESPE / DPE-BA – 2010) Instaurado processo administrativo disciplinar contra o servidor público estadual Jonas, este, no dia em que seria ouvido pela comissão processante, encaminhou ao presidente da comissão, via *fax simile*, cópia não autenticada de atestado médico que, noticiando ser ele portador de grave problema cardíaco concedia-lhe afastamento por quinze dias. Apurou-se que o atestado era falso. Nessa situação, em face da impropriedade material do objeto, não há crime de uso de documento falso.

Comentários:

Na situação acima, a **conduta será atípica** em razão da impropriedade material do objeto. Com efeito, uma **cópia não autenticada não é considerada documento público** e, portanto, não tem potencial para violar a fé pública. Questão correta.

34. (CESPE / Advogado CEF – 2010) O sistema penal brasileiro, no tocante aos delitos contra a fé pública, unificou os crimes de

atribuir-se falsa identidade para obter vantagem e o uso, como próprio, de documento de identidade alheio, em uma única figura típica, ressaltando, nesses casos, a possibilidade da incidência de sanção penal mais severa, se o fato constituir elemento de crime mais grave.

Comentários:

O sistema penal brasileiro, ao contrário do que afirma o enunciado da questão, **tratou cada uma das condutas separadamente**. Atribuir-se falsa identidade está previsto no art. 307, do CP; por outro lado, o uso de documento de identidade alheio está previsto no art. 308, do CP> Questão errada.

35. (CESPE / Procurador BACEN – 2009) No crime de falsificação de documento público, o fato de ser o agente funcionário público é um indiferente penal, ainda que esse agente cometa o crime prevalecendo-se do cargo, tendo em vista que tal delito é contra a fé e não contra a administração pública.

Comentários:

A falsificação de documento público, quando promovida por funcionário público, resultará em aumento da pena em um sexto. Portanto, a prática do crime por um funcionário público não é um indiferente penal. Questão errada.

36. (CESPE / Procurador BACEN – 2009) No crime de falsidade ideológica, o documento é materialmente verdadeiro, mas seu conteúdo não reflete a realidade, seja porque o agente omitiu declaração que dele deveria constar, seja porque nele inseriu ou fez inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita.

Comentários:

No crime de falsidade ideológica, é o **conteúdo do documento que é falso**; formalmente, o documento é verdadeiro. Questão correta.

37. (CESPE/ TRE-MA – 2009) Aquele que, por solicitação de um policial, apresenta carteira de habilitação falsa não comete o crime de uso de documento falso, uma vez que a conduta não foi espontânea.

Comentários:

A apresentação de habilitação falsa a uma autoridade policial **caracteriza o crime de uso de documento falso**, ainda que a conduta não tenha sido espontânea. Questão errada.

38. (CESPE/ TRE-MA – 2009) No delito de falsidade ideológica, o documento é formalmente perfeito, sendo, no entanto, falsa a ideia nele contida.

Comentários:

De fato, no crime de falsidade ideológica, é o conteúdo do documento que é falso. Questão correta.

39. (CESPE / AGU - 2009) De acordo com o STJ, a falsificação nitidamente grosseira de documento afasta o delito de uso de documento falso, haja vista a inaptidão para ofender a fé pública.

Comentários:

Quando a **falsificação for grosseira**, facilmente perceptível, não haverá ofensa à fé pública por inaptidão material. Assim, a conduta será atípica. Questão correta.

40. (CESPE / AGU – 2009) No crime de falsificação de documento público, a circunstância de ser o sujeito ativo funcionário público, independentemente de ter ele se prevalecido do cargo e, com isso, obtido vantagem ou facilidade para a consecução do crime, é um indiferente penal.

Comentários:

A falsificação de documento público, quando promovida por funcionário público, resultará em **aumento da pena em um sexto**. Portanto, a prática do crime por um funcionário público não é um indiferente penal. Questão errada. Questão errada.

41. (CESPE / TSE – 2007) Ao criminalizar a adulteração de veículos automotores, a vontade do legislador foi proteger a confiança que se deposita nos sinais que têm por finalidade conferir autenticidade aos veículos, bem como aos seus agregados. Nesse contexto, o crime de adulteração é considerado crime contra a fé pública.

Comentários:

O crime de adulteração de sinal identificador de veículo automotor é um crime contra a fé pública. Questão correta.

42. (CESPE / TSE – 2007) Caso se constate que a adulteração dos chassis ocorreu mediante alteração de um único dígito de cada numeração original, incidirá o princípio da insignificância e ficará caracterizada a atipicidade material da conduta da quadrilha.

Comentários:

O princípio da insignificância **não se aplica aos crimes contra a fé pública**. Ademais, a alteração de um único dígito do chassi tem por efeito a completa alteração do código. Questão errada.

43. (CESPE / TSE – 2007) A prática de adulteração é um crime formal, pois independe de resultado lesivo para sua configuração, além de ser delito que depende de complementação normativa (norma penal em branco), uma vez que a legislação de trânsito precisará ser utilizada para integrar o conceito de sinais identificadores de veículos automotores.

Comentários:

O crime de adulteração de sinal identificador de veículo automotor é **formal**, sendo consumado no momento em que a conduta é praticada pelo agente, independentemente do resultado. Também é considerada uma **norma penal em branco**, pois depende de integração com a legislação de trânsito. Questão correta.

5-Crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral:

Nesse tópico, iremos tratar dos **crimes funcionais**, categoria dentro da qual se enquadram os crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral. Os crimes funcionais são considerados, quanto ao sujeito ativo, **crimes próprios**, é dizer somente podem ser praticados por pessoas que ostentem uma condição especial: a de ser **funcionário público**.

Os crimes funcionais se dividem em **dois grandes grupos**: **i)** crimes funcionais próprios e; **ii)** crimes funcionais impróprios.

Os **crimes funcionais próprios** são aqueles em que a condição de ser funcionário público é **fundamental** à tipicidade da conduta do agente. Como exemplo, citamos o crime de **corrupção passiva**, caracterizado quando o funcionário público solicita vantagem indevida, em benefício próprio ou de outrem. Se uma pessoa que não possuir a condição de funcionário público solicitar vantagem indevida, não há que se falar em crime de corrupção passiva; a conduta desse agente será **absolutamente atípica** (não haverá crime algum nessa conduta).

Os **crimes funcionais impróprios**, por sua vez, são aqueles que evidenciam condutas que caso não sejam praticadas por funcionário público resultam em **deslocamento para outro tipo penal**. Em outras

palavras, a conduta **será típica mesmo quando não praticada por funcionário público**; no entanto, nesse caso, ficará caracterizado outro crime. Como exemplo, citamos o **crime de peculato** (a ser estudado em sequência). Caso a conduta tipificada como peculato seja praticada por particular, ficará caracterizado o crime de apropriação indébita.

5.1- Peculato:

O peculato é um crime **praticado por funcionário público** contra a Administração. Consiste em **APROPRIAR-SE** o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou **DESVIÁ-LO**, em proveito próprio ou alheio.

A doutrina considera que existem **4 espécies de peculato**:

a) Peculato apropriação: O núcleo do tipo é “apropriar-se”, que significa **tratar como seu** bens e valores de que tem a posse em razão do cargo.

b) Peculato desvio: O núcleo do tipo é “desviar”, que significa dar uma **destinação diversa do que a originalmente prevista** a bens e valores, em proveito próprio ou alheio.



O peculato apropriação e o peculato desvio são denominados **peculato próprio**. Nessas duas espécies de peculato, **pressupõe-se que o agente público detém a posse de bens e valores**, dos quais irá se apropriar (peculato apropriação) ou desviar a finalidade (peculato desvio).

c) Peculato furto: Essa modalidade de peculato está prevista no art. 312, § 1º, segundo o qual consiste em crime o funcionário público, **embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem**, o **SUBTRAI**, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio. O peculato furto é conhecido como **peculato impróprio**.

d) Peculato culposo: Esta modalidade de peculato está prevista no art. 312, § 2º. Nela, o funcionário público **concorre culposamente** (de maneira não intencional) para o crime de outrem.

Vejamos, agora, o que nos diz o art. 312, do Código Penal, acerca do crime de peculato:

Peculato

Art. 312 - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:

Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa.

§ 1º - Aplica-se a mesma pena, se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.

Peculato culposo

§ 2º - Se o funcionário concorre culposamente para o crime de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano.

§ 3º - No caso do parágrafo anterior, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.

É importante observar que, nos termos do art. 312, § 3º, haverá **extinção da punibilidade** quando, diante do crime de **peculato culposo**, for realizada a **reparação do dano** pelo funcionário público **antes da sentença condenatória irrecorrível**. Caso a reparação do dano seja posterior à sentença condenatória, a pena aplicada será reduzida pela metade. Nas demais modalidades de peculato, não será possível a extinção da punibilidade por meio da reparação de dano.

Por último, vale destacar que considera-se **funcionário público**, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce **cargo, emprego ou função pública**. Como se pode perceber, o conceito de funcionário público, para os fins penais, é **bastante amplo**, englobando até mesmo os agentes políticos (membros do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público).

5.2- Peculato mediante erro de outrem:

O peculato mediante erro de outrem é conduta tipificada pelo art. 313, do Código Penal, sendo também conhecido por "**peculato estelionato**". O delito consiste em **APROPRIAR-SE** de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem.

Peculato mediante erro de outrem

Art. 313 - Apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

5.3- Inserção de dados falsos em sistema de informações:

Esse crime é mais conhecido com “**peculato eletrônico**” e consiste em **INSERIR** ou **FACILITAR**, o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, **ALTERAR** ou **EXCLUIR** indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano.

Há 4 núcleos do tipo, o que nos permite afirmar que o “peculato eletrônico” consiste em **tipo misto alternativo**, evidenciando um **crime de ação múltipla**.

Inserção de dados falsos em sistema de informações

Art. 313-A. Inserir ou facilitar, o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

Analisando-se o dispositivo supratranscrito, é possível perceber que o crime ocorrerá nas seguintes situações:

- O funcionário autorizado **INSERE dados falsos** nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública.
- O funcionário autorizado **FACILITA** a inserção de **dados falsos** nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública.
- O funcionário autorizado **ALTERA dados corretos** nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública.
- O funcionário autorizado **EXCLUI dados corretos** dos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública

Em todas essas situações, o funcionário público adota condutas **com o fim de obter vantagem indevida** para si ou para outrem ou para **causar dano**. Trata-se de crime doloso, não sendo admitida a modalidade culposa.

O “peculato eletrônico” é **crime próprio** (sujeito ativo deve ser um funcionário público), **formal** (a consumação independe do resultado,

mas somente da conduta do funcionário público), de **forma livre** e, em regra, **comissivo**.

5.4- Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações:

Esse crime **também é conhecido como “peculato eletrônico”** e consiste em **MODIFICAR** ou **ALTERAR**, o funcionário, sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente.

Para que fique configurado o crime, a modificação ou alteração de sistema de informações ou programa de informática deverá ser realizada **sem a autorização ou solicitação de autoridade competente**. Havendo autorização ou solicitação, o fato será, portanto, **atípico**.

Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações

Art. 313-B. Modificar ou alterar, o funcionário, sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente:

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Parágrafo único. As penas são aumentadas de um terço até a metade se da modificação ou alteração resulta dano para a Administração Pública ou para o administrado.

O crime é **próprio** (somente pode ser praticado por funcionário público), **formal** (para sua consumação, basta que seja praticada a conduta), de **forma livre** (admite qualquer meio de execução) e, em regra, **comissivo**. Trata-se de **crime doloso**, não se admitindo a modalidade culposa. A ação penal é pública incondicionada.

5.5 – Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento:

Segundo o art. 314, do Código Penal, constitui crime **EXTRAVIAR** livro oficial ou qualquer documento, de que tem a guarda em razão do cargo; **SONEGÁ-LO** ou **INUTILIZÁ-LO**, total ou parcialmente. Trata-se de **tipo penal misto alternativo** ou **crime de ação múltipla**.

Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento.

Art. 314 - Extraviar livro oficial ou qualquer documento, de que tem a guarda em razão do cargo; sonegá-lo ou inutilizá-lo, total ou parcialmente.

Pena - reclusão, de um a quatro anos, se o fato não constitui crime mais grave.

O crime é **próprio**, **formal**, de **forma livre** e, em regra, **comissivo**. Trata-se de **crime doloso**, não se admitindo a modalidade culposa. A ação penal é pública incondicionada.

5.6- Emprego irregular de verbas ou rendas públicas:

O emprego irregular de verbas ou rendas públicas está tipificado pelo art. 315, do Código Penal. O bem jurídico tutelado por esse crime é a Administração Pública, especialmente no que diz respeito ao **regular emprego dos recursos públicos**. Segundo o referido dispositivo, constitui crime “**DAR** às verbas ou rendas públicas, aplicação diversa da estabelecida em lei”.

O crime do qual ora tratamos configura-se em **norma penal em branco**, uma vez que, para a caracterização da conduta tipificada, **é necessário que “lei” estabeleça a correta aplicação** dos recursos públicos. Ao desrespeitar a aplicação de recursos estabelecida pela lei, dando às verbas e rendas públicas destinação diversa, ficará configurado o crime do art. 315, do Código Penal.

Emprego irregular de verbas ou rendas públicas

Art. 315 - Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei:

Pena - detenção, de um a três meses, ou multa.

5.7- Concussão e excesso de exação

A **concussão** é crime tipificado no art. 316, caput, do Código Penal; por sua vez, o **excesso de exação** está tipificado no § 1º desse mesmo dispositivo. Por serem crimes parecidos em sua natureza, o legislador optou por tratar dos dois no mesmo artigo do Código. Façamos primeiro da concussão...

Concussão

Art. 316 - Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida:

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa.

A concussão é um tipo penal que visa tutelar a **moralidade e a probidade administrativa**, impedindo que funcionários públicos obtenham vantagens indevidas em razão do cargo que ocupam.

A concussão consiste em **EXIGIR**, para si ou para outrem, diretamente ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida. A exigência poderá ser **explícita** ou **implícita**. Será explícita se, por exemplo, um Policial ameaçar um motorista de apreender-lhe o veículo, a menos que lhe entregue uma determinada quantia em dinheiro. Por outro lado, a exigência será implícita quando um Policial conhecido como sendo “corrupto”, embora não ameace apreender o veículo, exija a entrega de certa quantia em dinheiro.



É preciso estar atento para **não confundir** o crime de **concussão e a corrupção passiva com os crimes contra a ordem tributária** previstos na Lei nº 8.137/90. Nesse sentido, destacamos o art. 3º, inciso II, da Lei nº 8.137/90, que tipifica crimes funcionais contra a ordem tributária:

Art. 3º Constitui crime funcional contra a ordem tributária, além dos previstos no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal:

...

II - exigir, solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de iniciar seu exercício, mas em razão dela, vantagem indevida; ou aceitar promessa de tal vantagem, para deixar de lançar ou cobrar tributo ou contribuição social, ou cobrá-los parcialmente.

Diante de uma conduta que possa ser enquadrada, **ao mesmo tempo**, como concussão ou um crime contra a ordem tributária, pelo **princípio da especialidade**, deverá prevalecer o segundo (crime contra a ordem tributária).

O crime de concussão é **próprio** (somente pode ser praticado por funcionário público), **formal** (sua consumação ocorre com a prática da conduta de “exigir vantagem indevida”), de **forma livre** e, em regra, **comissivo**. Trata-se de **crime doloso**, não se admitindo a modalidade culposa. A ação penal é pública incondicionada.

Uma questão importante é saber se o **crime de concussão** (que, conforme sabemos, é um crime funcional) pode ser **imputado a uma pessoa que não seja funcionário público**. A resposta é positiva; **é possível que haja concurso de pessoas** no crime de concussão, assim como nos outros crimes funcionais. Isso tem amparo no art. 30, do Código Penal, que dispõe que “*não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime*”.

Ora, a condição de funcionário público é **elementar do crime de concussão** (assim como dos demais crimes funcionais). Assim, **essa condição de funcionário público se comunica** a todos os particulares que tiverem concorrido para a prática do crime de concussão (e dos demais crimes funcionais). Conclui-se, portanto, que **um particular também poderá responder pelo crime de concussão** (e também pelos demais crimes funcionais), desde que **contribua** de alguma forma para a prática do crime e que **saiba da condição** de funcionário público do autor do crime.

Falemos, agora, do excesso de exação...

Excesso de exação

§ 1º - Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa.

§ 2º - Se o funcionário desvia, em proveito próprio ou de outrem, o que recebeu indevidamente para recolher aos cofres públicos:

Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa.

Suponha, por exemplo, que um contribuinte deva pagar um Fiscal, sabendo que o contribuinte já efetuou o pagamento de um determinado tributo, exija que ele faça um novo recolhimento. Ficará caracterizado, nessa situação, o excesso de exação.

O excesso de exação consiste, então, em o funcionário público **EXIGIR** tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido ou, quando devido, **EMPREGA** na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza. Há, portanto, dois núcleos do tipo: “exigir” e “empregar”, o que nos permite dizer que o excesso de exação ficará caracterizado em **duas situações diferentes**:

a) O funcionário público exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido.

b) O funcionário emprega na cobrança de tributo ou contribuição social meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza.

O excesso de exação é crime **próprio, formal**, de **forma livre** e, em regra, **comissivo**. Trata-se de **crime doloso**, não se admitindo a modalidade culposa. A ação penal é pública incondicionada.

5.8- Corrupção passiva:

O legislador brasileiro optou por criminalizar a corrupção em suas duas vertentes: **corrupção passiva** (conduta do agente público corrupto) e **corrupção ativa** (conduta do corruptor). A primeira, caracteriza crime praticado por funcionário público contra a Administração em geral; a segunda, crime praticado por particular contra a Administração.

Segundo o art. 317, do Código Penal a corrupção passiva consiste em **SOLICITAR** ou **RECEBER**, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou **ACEITAR** promessa de tal vantagem.

Como é possível verificar, há **três núcleos do tipo**: “solicitar”, “receber” e “aceitar”. Trata-se de **tipo misto alternativo** ou crime de ação múltipla. Um indivíduo que, na mesma situação concreta solicita, recebe e aceita uma promessa estará cometendo, uma única vez, o crime de corrupção passiva.

Corrupção passiva

Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

§ 1º - A pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

§ 2º - Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.

É importante termos cuidado para **não confundir o crime de concussão com o crime de corrupção passiva**, pois eles têm semelhanças e a banca examinadora pode tentar te enganar na hora da prova. O **crime de concussão consiste em conduta mais gravosa** do que o crime de corrupção passiva. Enquanto no crime de concussão o funcionário público **EXIGE**, no crime de corrupção passiva o funcionário público **SOLICITA** vantagem indevida.

O crime de corrupção passiva é **próprio** (somente pode ser praticado por um funcionário público), **formal** (sua consumação depende somente da prática da conduta), de **forma livre** e pode ser **comissivo ou omissivo**, dependendo do caso.

Por último, vale destacar que o **princípio da insignificância não se aplica ao crime de corrupção passiva**, assim como também não se aplica aos outros crimes contra a administração pública. Assim, **qualquer que seja o montante da “vantagem indevida”** auferida pelo funcionário público, sua conduta será típica.

5.9- Facilitação de contrabando ou descaminho:

O **contrabando** consiste na **importação ou exportação de mercadoria proibida**. O núcleo do tipo é “importar” e “exportar” mercadoria proibida, ou seja, introduzi-la ou retirá-la do território aduaneiro. O **descaminho**, por sua vez, consiste em **iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido** pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria.

Pois bem, quando um funcionário público **FACILITA**, com infração do dever funcional, a **prática de contrabando ou descaminho**, ele estará praticando o crime de “facilitação de contrabando ou descaminho”, previsto no art. 318, do Código Penal. Cabe destacar que trata-se de conduta mais grave do que os próprios crimes de contrabando e descaminho, sendo punível, portanto, com sanção mais severa.

Facilitação de contrabando ou descaminho

Art. 318 - Facilitar, com infração de dever funcional, a prática de contrabando ou descaminho (art. 334):

Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa.

5.10- Prevaricação:

A prevaricação está prevista no art. 319, do Código Penal, e consiste em **RETARDAR** ou **DEIXAR DE PRATICAR**, indevidamente, ato de ofício, ou **PRATICÁ-LO** contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal. No crime de prevaricação, o funcionário público **age de forma contrária ao que manda o seu dever de ofício** com o objetivo de **satisfazer interesse ou sentimento pessoal**.

Suponha, por exemplo, que um Fiscal da Receita Federal decida não abrir um processo administrativo tributário contra a empresa XYZ em razão de um dos sócios ser seu irmão. Nessa situação, o Fiscal deixar de praticar seu dever de ofício movido por um sentimento pessoal. Ficará, então, **caracterizado o crime de prevaricação**.

É preciso ter em mente, entretanto, que caso tenha ocorrido um acordo prévio entre o funcionário público e o sócio da empresa XYZ por meio do qual o funcionário **solicitou** o recebimento de vantagem indevida, o crime será de **corrupção passiva**. Por outro lado, se o funcionário público **exigiu** a vantagem indevida, o crime será de **concussão**.

Vejamos o que nos diz o art. 319, do Código Penal:

Prevaricação

Art. 319 - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

A prevaricação é um **crime próprio** (somente pode ser praticado por funcionário público), **formal** (consuma-se com a ação ou omissão do servidor público), de **forma livre** (não está vinculado a um meio de execução específico) e pode ser **comissivo** ou **omissivo próprio** (os núcleos do tipo “retardar” e “deixar de praticar” evidenciam condutas omissivas). O crime de prevaricação é **doloso**, não admitindo a modalidade culposa.

O art. 319, do Código Penal, tipifica conduta conhecida como **prevaricação imprópria**, assim descrita:

Art. 319-A. Deixar o Diretor de Penitenciária e/ou agente público, de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo:

Pena: detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano.

5.11 – Condescendência criminosa:

Segundo o art. 320, do Código Penal, a condescendência criminosa consiste em **DEIXAR** o funcionário público, por indulgência, **de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo** ou, quando lhe falte competência, **não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente**.

Na condescendência criminosa, o funcionário público constata o cometimento de uma **infração por um subordinado** e **nada faz para responsabilizá-lo**, omitindo-se em seu dever funcional. Ou, então,

quando **não houver relação hierárquica**, o funcionário público **deixar de levar o fato ao conhecimento** da autoridade competente.

Suponha, por exemplo, que um Delegado descobre que um Policial Civil (a ele subordinado) está envolvido com o tráfico de drogas e nada faz para responsabilizá-lo. Estará, nessa situação, incorrendo no crime de **condescendência criminosa**.

Condescendência criminosa

Art. 320 - Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente:

Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

A condescendência criminosa é **crime próprio** (somente pode ser praticado por funcionário público), **formal** (consuma-se com a omissão do funcionário público), **de forma livre** (não está vinculado a um meio de execução específico) e **omissivo próprio** (o núcleo do tipo “deixar” evidencia conduta omissiva). Trata-se de **crime doloso**, não admitindo a modalidade culposa. A ação penal é pública incondicionada.

5.12- Advocacia administrativa:

A atuação dos funcionários públicos deve ter como finalidade o interesse público em detrimento dos interesses particulares. Segundo o art. 321, do Código Penal, a advocacia administrativa consiste em **PATROCINAR**, direta ou indiretamente, **interesse privado perante a administração pública**, valendo-se da qualidade de funcionário.

Na advocacia administrativa, o funcionário público afasta-se da sua missão primordial e se vale do cargo para **patrocinar interesse alheio**, que poderá ser legítimo ou ilegítimo. Se **legítimo**, fica caracterizada a **advocacia administrativa imprópria**; se **ilegítimo** o interesse, está caracterizada a **advocacia administrativa própria**.

Advocacia administrativa

Art. 321 - Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário:

Pena - detenção, de um a três meses, ou multa.

Parágrafo único - Se o interesse é ilegítimo:

Pena - detenção, de três meses a um ano, além da multa.

Cabe destacar que, na advocacia administrativa, o **agente público não detém competência para praticar ato** que satisfaça os

seus interesses pessoais ou particulares. Se ele tivesse competência para a prática do ato e o fizesse (ou retardasse sua prática), estaríamos diante do crime de prevaricação. Na advocacia administrativa, o funcionário público irá **patrocinar o interesse de um particular** perante um agente público que detenha competência para a prática do ato.

Suponha, por exemplo, que você tem um amigo que tem um projeto de desenvolvimento sustentável que necessita da aprovação do Ministério do Meio Ambiente para que possa ser implementado. Você, servidor daquele Ministério, conversa com o servidor público responsável pela aprovação do projeto e pede que ele “dê uma ajuda”. Estará caracterizada a advocacia administrativa.

O crime de advocacia administrativa é **próprio** (somente pode ser praticado por funcionário público), **formal** (sua consumação depende somente da conduta do agente), de **forma livre** e pode ser, dependendo do caso, **comissivo** ou **omissivo**. Trata-se de **crime doloso**, não sendo admitida a modalidade culposa.

5.13- Violência arbitrária:

Segundo o art. 322, do Código Penal, consiste em crime **PRATICAR** violência, no exercício de função ou a pretexto de exercê-la. Destaque-se, entretanto, que não é toda violência praticada no exercício da função que deve ser criminalizada, mas tão somente a **violência arbitrária**, que extrapole os limites da razoabilidade e proporcionalidade.

Violência arbitrária

Art. 322 - Praticar violência, no exercício de função ou a pretexto de exercê-la:

Pena - detenção, de seis meses a três anos, além da pena correspondente à violência.

A doutrina considera que o art. 322, do Código Penal, foi **tacitamente revogado** pela Lei nº 4.898/65 (Crimes de Abuso de Autoridade), que lhe é posterior. No entanto, segundo entendimento do STF, esse dispositivo ainda está em pleno vigor.

5.14- Abandono de Função:

Segundo o art. 323, do Código Penal, constitui crime **ABANDONAR** cargo público, fora dos casos permitidos em lei. O núcleo do tipo, como se percebe, é “abandonar”, que nos revela que o crime em questão é **omissivo próprio**.

Abandono de função

Art. 323 - Abandonar cargo público, fora dos casos permitidos em lei:

Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

§ 1º - Se do fato resulta prejuízo público:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

§ 2º - Se o fato ocorre em lugar compreendido na faixa de fronteira:

Pena - detenção, de um a três anos, e multa.

5.15- Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado:

Segundo o art. 324, do Código Penal, constitui crime **ENTRAR** no exercício de função pública antes de satisfeitas as exigências legais, ou **CONTINUAR** a exercê-la, sem autorização, depois de saber oficialmente que foi exonerado, removido, substituído ou suspenso.

São duas as condutas tipificadas. No primeiro caso, o indivíduo **entra em exercício sem que tenham sido cumpridas as exigências legais** para tanto (Ex: servidor entra em exercício antes da posse). No segundo, o **indivíduo continuar a exercer a função pública mesmo após ter sido exonerado, removido, substituído ou suspenso** (Ex: servidor ocupante de cargo comissionado é exonerado, mas continua exercendo seu cargo).

Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado

Art. 324 - Entrar no exercício de função pública antes de satisfeitas as exigências legais, ou continuar a exercê-la, sem autorização, depois de saber oficialmente que foi exonerado, removido, substituído ou suspenso:

Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

5.15- Violação de sigilo funcional:

Este crime é particularmente importante para você que será integrante do quadro de servidores da ABIN. Afinal, como já sabemos que essa Agência lida com informações cujo **sigilo é imprescindível à segurança da sociedade e do Estado**.

Segundo o art. 325, do Código Penal, constitui crime **REVELAR** fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em

segredo, ou **FACILITAR-LHE** a revelação. O bem jurídico tutelado pelo tipo penal é a Administração Pública, em especial quanto ao **sigilo de informações**.

Violação de sigilo funcional

Art. 325 - Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, se o fato não constitui crime mais grave.

§ 1º Nas mesmas penas deste artigo incorre quem:

I – permite ou facilita, mediante atribuição, fornecimento e empréstimo de senha ou qualquer outra forma, o acesso de pessoas não autorizadas a sistemas de informações ou banco de dados da Administração Pública;

II – se utiliza, indevidamente, do acesso restrito.

§ 2º Se da ação ou omissão resulta dano à Administração Pública ou a outrem:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

O crime é **próprio** (somente pode ser praticado por servidor público), **formal** (consuma-se com a prática da conduta), de **forma livre** e, em regra, **comissivo**. Trata-se de **crime doloso**, não admitindo a modalidade culposa.

5.16- Violação do sigilo de proposta de concorrência:

O art. 326, do Código Penal, foi **tacitamente revogado** pela Lei de Licitações. Hoje, o tipo penal que prevalece é o que está previsto no art. 94, da Lei nº 8.666/93:

Art. 94 - Devassar o sigilo de proposta apresentada em procedimento licitatório, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo:

Pena - Detenção, de 2 (dois) a 3 (três) anos, e multa.

Antes da Lei nº 8.666/93, somente era considerado crime o ato de devassar o sigilo de proposta de concorrência pública (que é uma das modalidades de licitação). Com a publicação da lei, constitui crime a **violação ao sigilo de todo e qualquer procedimento licitatório**, qualquer que seja a modalidade utilizada (concorrência, convite, tomada de preços, pregão).

Vejamos como esses assuntos podem ser cobrados em prova!



44. (CESPE / Advogado SERPRO – 2013) O funcionário público autorizado que inserir dados falsos em sistema de informações, visando causar prejuízos, cometerá crime qualificado de dano contra o patrimônio da administração pública.

Comentários:

Na situação descrita pelo enunciado, o crime é o previsto no art. 313-A, do Código Penal, denominado “**inserção de dados falsos em sistema de informações**”. Esse crime é também conhecido como **peculato eletrônico**. Questão errada.

45. (CESPE / Advogado SERPRO – 2013) Nos crimes de peculato, o funcionário que reparar o dano até a publicação da sentença condenatória fará jus à extinção da punibilidade.

Comentários:

A extinção da punibilidade somente poderá ocorrer no crime de **peculato culposo**. Questão errada.

46. (CESPE / PC-BA – 2013) Constitui pressuposto material dos crimes de peculato-apropriação e peculato-desvio, em suas formas dolosas, a anterior posse do dinheiro, do valor ou de qualquer outro bem móvel, público ou particular, em razão do cargo ou função.

Comentários:

No peculato apropriação e no peculato desvio, **pressupõe-se que o agente tenha a posse dos bens e valores** dos quais irá se apropriar ou desviar a finalidade. Questão correta.

47. (CESPE / PC-BA – 2013) Servidor público que, na qualidade de agente fiscal, exigir vantagem indevida para deixar de emitir auto de infração por débito tributário e de cobrar a consequente multa responderá, independentemente do recebimento da vantagem, pela prática do crime de concussão, previsto na parte especial do Código Penal (CP).

Comentários:

Pegadinha! A conduta em questão não se enquadra como crime de concussão. Pelo princípio da especialidade, fica caracterizado um crime funcional contra a ordem tributária. Questão errada.

48. (CESPE / TCDF / 2013) Ângelo, funcionário público exercente do cargo de fiscal da Agência de Fiscalização do DF (AGEFIS), no exercício de suas funções, exigiu vantagem indevida do comerciante Elias, de R\$ 2.000,00 para que o estabelecimento não fosse autuado em razão de irregularidades constatadas. Para a prática do delito, Ângelo foi auxiliado por seu primo, Rubens, taxista, que o conduziu em seu veículo até o local da fiscalização, previamente acordado e consciente tanto da ação delituosa que seria empreendida quanto do fato de que Ângelo era funcionário público. Antes que os valores fossem entregues, o comerciante, atemorizado, conseguiu informar policiais militares acerca dos fatos, tendo sido realizada a prisão em flagrante de Ângelo.

Com referência a essa situação hipotética, julgue os itens a seguir:

() Ângelo responderá pelo delito de corrupção passiva, previsto em artigo do CP.

() Tendo em vista que Elias não efetivou a entrega dos valores exigidos por Ângelo, o crime não se consumou.

() A condição de funcionário público comunica-se ao partícipe Rubens, que tinha prévia ciência do cargo ocupado por seu primo e acordou sua vontade com a dele para auxiliá-lo na prática do delito, de forma que os dois deverão estar incurso no mesmo tipo penal.

Comentários:

A **primeira assertiva** está errada. Essa é uma pegadinha bem manjada! Quando se utiliza o verbo “**exigir**”, estamos falando no crime de **concussão**. No crime de corrupção passiva, o funcionário público “**solicita**” vantagem indevida.

A **segunda assertiva** está errada. O crime de concussão é formal, consumando-se com a prática da conduta de “exigir vantagem indevida”, independentemente da entrega dos valores.

A **terceira assertiva** está correta. Rubens também será responsabilizado pelo crime de concussão, uma vez que contribuiu para a prática do crime e que sabia da condição de funcionário público de Ângelo.

49. (CESPE / Polícia Federal – 2004) Roberto, funcionário público, e Bruno, estranho ao serviço público, exigiram, em razão da função de Roberto, vantagem indevida no valor de R\$ 8.000,00.

Nessa situação, tendo em vista que o fato de ser funcionário público é circunstância pessoal de Roberto, a qual não se comunica, apenas ele responderá pelo delito de concussão.

Comentários:

Bruno também responderá pelo crime de concussão, em razão do que dispõe o art. 30 do Código Penal, segundo o qual não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, **salvo quando elementares do crime**. Questão errada.

50. (CESPE / Polícia Federal – 2004) Paulo, engenheiro civil, em razão do exercício de atividade pública, exigiu para si, para conceder o habite-se requerido por particular perante a prefeitura, o pagamento de certa quantia em dinheiro. Nessa situação, a conduta de Paulo caracteriza crime de corrupção passiva.

Comentários:

Na situação apresentada, fica caracterizado o crime de concussão, uma vez que Paulo “**exigiu**” vantagem indevida. Se ele tivesse “**solicitado**” vantagem indevida, o crime seria de corrupção passiva. Questão errada.

51. (CESPE / Polícia Federal – 2004) Foi aberto inquérito, na polícia federal, para investigar a participação de um célebre ator de televisão em crime de tráfico de substância entorpecente. Sabendo que essa investigação atrairia a atenção da mídia, um agente de polícia federal informou jornalistas das suspeitas existentes contra o referido ator, mostrando a eles os autos do inquérito policial em curso. Nessa situação, o referido agente de polícia comete infração penal.

Comentários:

Na situação apresentada pelo enunciado, foi praticado o crime de violação de sigilo funcional previsto no art. 325, do Código Penal. Questão correta.

52. (CESPE / Polícia Federal – 2004) Na qualidade de perito criminal federal, Oscar avaliou a autenticidade da assinatura de um dos indiciados em inquérito que apurava caso de lavagem de dinheiro. Apesar de considerar que a assinatura era autêntica, Oscar estava convencido de que o indiciado havia sido coagido a assinar o referido documento, motivo pelo qual, em seu laudo pericial, atestou a falsidade da assinatura. Nessa situação, Oscar cometeu crime de condescendência criminoso.

Comentários:

O crime de condescendência criminosa está previsto no art. 320 e consiste em **deixar o funcionário**, por indulgência, de **responsabilizar subordinado que cometeu infração** no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, **não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente**. Não foi essa a conduta praticada por Oscar. Questão errada.

53. (CESPE / Polícia Federal – 2004) Lindomar foi recentemente contratado por uma autarquia federal para exercer função que envolve exercício de poder de polícia, sendo que tal contratação se deu mediante contrato por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público. Posteriormente, ele praticou conduta penalmente tipificada como peculato. Nessa situação, apesar de não ocupar cargo nem emprego públicos, Lindomar poderá vir a ser penalmente condenado por crime de peculato.

Comentários:

O conceito de funcionário público, para os fins penais, também engloba aqueles que exercem função pública transitoriamente (temporariamente). Portanto, Lindomar poderá ser penalmente condenado pelo crime de peculato. Questão correta.

54. (CESPE / Polícia Federal – 2004) Um policial militar prendeu em flagrante um traficante de drogas e prometeu libertá-lo imediatamente, em troca do pagamento de cinquenta mil reais. Nesse caso, o policial é sujeito ativo do crime de corrupção passiva.

Comentários:

Na situação apresentada, o policial solicita vantagem indevida em troca de deixar de praticar um ato de ofício. Fica caracterizado o crime de corrupção passiva. Questão correta.

55. (CESPE / Juiz Federal – TRF 5ª Região-2013) A sanção penal abstratamente cominada ao crime de advocacia administrativa depende da legitimidade, ou não, do interesse privado patrocinado perante a administração pública.

Comentários:

Na advocacia administrativa, o funcionário público irá patrocinar interesse privado perante a Administração Pública. Esse interesse privado poderá ser legítimo ou ilegítimo. A sanção penal **varia conforme a**

legitimidade ou não do interesse privado. Se o interesse for ilegítimo, a pena será mais gravosa. Questão correta.

56. (CESPE / Juiz Federal – TRF 5ª Região-2013) Comete o delito de supressão de documento, e não o de corrupção passiva, o estagiário de órgão de fiscalização ambiental que, em razão de sua atividade, solicita dinheiro para si, a fim de destruir autos de processo administrativo no qual conste lavrado auto de infração ambiental com a consequente aplicação de penalidade de multa a pessoa jurídica causadora do dano, pois se equipara, para fins de caracterização do crime de corrupção passiva, a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função pública, com ou sem remuneração, salvo se na condição de estagiário.

Comentários:

O estagiário é enquadrado como funcionário público **para os efeitos penais**. Em razão disso, ao solicitar vantagem indevida, estará praticando o crime de corrupção passiva. Questão errada.

57. (CESPE / PC-AL – 2012) Pratica corrupção passiva um agente de polícia que recebe dinheiro da vítima para utilizá-lo na aquisição de gasolina para a viatura, a fim de ir ao local do crime investigar.

Comentários:

Na corrupção passiva, o agente irá solicitar ou receber **vantagem indevida para si ou para outrem**. Na situação mencionada, o dinheiro é destinado para a aquisição de gasolina para viatura que irá se deslocar ao local do crime com o objetivo de realizar procedimentos de investigação. Não há que se falar em vantagem indevida que beneficie o funcionário público ou terceira pessoa. Questão errada.

58. (CESPE / PC-AL – 2012) O particular pode ser sujeito ativo do crime de peculato, se agir em concurso de agentes com servidor público, no caso de o particular estar ciente dessa condição do comparsa.

Comentários:

É possível o **concurso de agentes** no crime de peculato, podendo o particular ser responsabilizado pela prática do crime. Isso ocorrerá quando o particular, além de contribuir de alguma forma para a prática do crime, estiver ciente da condição de funcionário público do seu "comparsa". Questão correta.

59. (CESPE / TCE-ES – 2012) Para a caracterização do crime de condescendência criminosa, é necessário haver relação de hierarquia entre o agente que cometa a infração no exercício do cargo, emprego ou função e a autoridade competente para aplicá-lhe a sanção administrativa.

Comentários:

Não é obrigatório que exista relação hierárquica para a caracterização do crime de condescendência criminosa. Havendo relação hierárquica, o crime fica caracterizado quando o funcionário público **deixa de responsabilizar o subordinado infrator**. Por outro lado, inexistindo relação hierárquica, o crime fica caracterizado quando o funcionário público **não leva a infração ao conhecimento da autoridade competente**. Questão errada.

60. (CESPE / TJ-RO - 2012) O peculato-culposo se confunde com o peculato-furto: em ambos o servidor público, prevalecendo-se dessa condição, concorre para que terceiro subtraia o bem.

Comentários:

Não se confunde o peculato culposo com o peculato furto. No primeiro caso, conforme o próprio nome diz, a conduta é culposa; no segundo, a conduta é dolosa. Questão errada.

61. (CESPE / TRE-RJ – 2012) Pratica o delito de excesso de exação o funcionário público que exige tributo que sabe ser indevido.

Comentários:

O excesso de exação fica caracterizado se o funcionário **exige tributo ou contribuição social** que sabe ou deveria saber **indevido**, ou, quando devido, **emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso**, que a lei não autoriza. Questão correta.

62. (CESPE / TJ-AL – 2012) Patrocinar indiretamente interesse privado legítimo perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário público, configura o delito de advocacia administrativa.

Comentários:

Segundo o art. 321, a advocacia administrativa consiste em patrocinar, **direta ou indiretamente**, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário. Questão correta.

63. (CESPE / TJ-AL – 2012) O funcionário público que exige para si ou para outrem, ainda que fora da função, mas em razão dela, vantagem indevida, pratica o delito de excesso de exação.

Comentários:

Ao **exigir** vantagem indevida, valendo-se da condição de funcionário público, fica caracterizado o **crime de concussão**. Questão errada.

64. (CESPE / TJ-RR – 2012) Francisco, advogado, tendo encontrado Carlos no tribunal de justiça onde este trabalhava, percebeu que Carlos estava utilizando a impressora do cartório judicial para imprimir os rascunhos de sua monografia de final de curso. Indignado, Francisco ofendeu Carlos e afirmou que ele era um servidor público desonesto, que não merecia integrar os quadros do tribunal. Indignado com essa acusação, Carlos chamou a polícia judiciária, que prendeu o causídico. Ao encaminhar Francisco à delegacia, Antônio, um policial militar, exigiu que Francisco lhe pagasse R\$ 500,00 para ser solto. Contudo, Francisco não atendeu à exigência e permaneceu preso. Por sua vez, César, diretor de secretaria e chefe de Carlos, ao tomar conhecimento de que seu subordinado havia usado a impressora do cartório para fins particulares, por pena, deixou de comunicar a ocorrência à corregedoria do tribunal.

Com base na situação hipotética acima, julgue os itens subsequentes, a respeito dos crimes contra a administração pública.

() Ao utilizar a impressora da repartição pública em que trabalhava para fins particulares, Carlos cometeu o crime de peculato.

() César cometeu o crime de prevaricação, porque, indevidamente, para satisfazer sentimento pessoal, deixou de praticar ato de ofício contra disposição expressa em lei.

Comentários:

A **primeira assertiva** está correta. De fato, Carlos cometeu o crime de peculato-desvio, pois ele usou a impressora em fim diverso ao qual ela é destinada.

A **segunda assertiva** está errada. César cometeu o crime de condescendência criminosa.

LISTA DE QUESTÕES

1. (FUNCAB/PC-ES-2013) Manoel invadiu o computador de Paulo sem autorização deste e alterou várias informações do proprietário do computador, inclusive violando indevidamente seu mecanismo de segurança, em troca de um carro. Assim, Manoel:

a) não praticou crime.

b) praticou o crime de invasão de dispositivo informático (artigo 154-A, do CP).

c) praticou o crime de estelionato (artigo 171 do CP).

d) praticou o crime de inserção de dados falsos em sistema de informação (artigo 313- do CP).

e) praticou o crime de modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações (artigo 313-B do CP).

2. (CESPE/ Juiz TJ-BA-2012) Não é prevista a modalidade culposa para o crime de desabamento.

3. (CESPE / PC-PB – 2009) O crime de incêndio é de perigo abstrato. Dessa maneira, é típica a conduta do agente que cause incêndio em uma casa em ruínas, inabitada e localizada em local solitário.

4. (CESPE / PC-PB – 2009) O crime de explosão é mais severamente punido se a substância utilizada para a explosão for dinamite.

5. (CESPE / PC-PB – 2009) No crime de uso de gás tóxico ou asfixiante, se o agente, embora não querendo o resultado morte, ocasioná-lo culposamente, responderá pelos dois crimes: uso de gás tóxico ou asfixiante e homicídio culposo, em concurso formal.

6. (CESPE / ABIN – 2008) Letícia, mediante arremesso de dinamite, expôs a perigo a vida e a integridade física de passageiros de uma aeronave. Nessa situação, Letícia deve responder por crime de explosão, que admite a modalidade culposa.

7. (MPE-SP – 2012) No crime de explosão (art. 251, CP), é dispensável para a consumação do crime a efetiva explosão, bastando que da ação do agente ocorra perigo concreto à incolumidade pública.

8. (CESPE / MPE-SE- 2010) Tratando-se de crime de explosão, se a substância utilizada não for dinamite ou explosivo de efeitos análogos, o agente será menos severamente punido.

9. (CESPE / MPE-SE- 2010) No que concerne a crime de incêndio, a intenção de obter vantagem pecuniária com a conduta constitui fato não punível, pois pertence à fase de cogitação do crime e não pode, assim, ser punida.

10. (CESPE / MPE-SE- 2010) Não se pune o incêndio culposos, a menos que o sujeito ativo possua o dever legal de evitar o perigo.

11. (CESPE / MPE-SE- 2010) Para que o crime de incêndio se consuma, é necessário que haja ao menos lesão corporal leve em uma das vítimas.

12. (CESPE / MPE-SE- 2010) O crime de inundação é punido mesmo que a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem não sejam expostos a perigo.

13. (MPE-SP – 2012) Não se pune o incêndio culposos (art. 250, § 2º, CP), salvo se é em edifício público.

14. (MPE-PE – 2008) Sobre o crime de perigo de inundação, previsto no Código Penal, é correto afirmar:

- a) O elemento subjetivo é tanto o dolo quanto a culpa em sentido estrito.
- b) Só se consuma com a efetiva inundação.
- c) Trata-se de crime de perigo concreto, exigindo a causação de risco para a incolumidade pública.
- d) Sujeito ativo do delito é apenas o proprietário do imóvel em que se encontra o obstáculo ou a obra destinada a impedir inundação.
- e) Para sua caracterização basta a ocorrência de perigo eventual.

15. (CESPE / ABIN – 2008) Flávia arremessou projétil em ônibus destinado ao transporte público, enquanto o ônibus estava em movimento e com passageiros em seu interior. Nessa situação, a conduta de Flávia somente será considerada crime se tiver resultado em lesão corporal ou morte; caso contrário, será considerada apenas ilícito civil.

16. (CESPE/ Juiz TJ-BA-2012) Não integram o tipo penal perigo de desastre ferroviário os veículos de tração mecânica por meio de cabo aéreo.

17. (CESPE / TJ – RO – 2012) O simples porte de documento de identidade falsificado caracteriza-se como crime de uso de documento falso.

18. (CESPE / TJ – RO – 2012) A consumação do crime de falsa identidade depende da obtenção da vantagem pretendida pelo agente, com a atribuição falsa da identidade.

19. (CESPE / TJ – RO – 2012) O uso de documento verdadeiro de identidade de terceiro caracteriza-se como crime de uso de documento falso.

20. (CESPE / TJ – RO – 2012) O crime de certidão ou atestado falso consuma-se com o uso do documento falsificado e enseja a punição da falsidade material e da falsidade ideológica.

21. (CESPE / TJ – RO – 2012) Considere que um homem tenha retirado o edital de citação de sua companheira, o qual estava afixado na entrada do fórum de sua cidade, a fim de evitar que outras pessoas tomassem conhecimento desse documento. Nessa situação, esse homem responderá pelo delito de supressão de documento público.

22. (CESPE / Procurador TCDF – 2013) O crime de uso de documento falso é formal, consumando-se com a simples utilização do documento reputado falso, não se exigindo a comprovação de efetiva lesão à fé pública, o que afasta a possibilidade de aplicação do princípio da insignificância, em razão do bem jurídico tutelado.

23. (CESPE / TJDF- 2013) Ao preencher e assinar declarações adotando nome falso, Carlos praticou o crime de falsidade ideológica.

24. (CESPE / CNJ – 2013) Crime de falsificação de documento público, quando cometido por funcionário público, admite a modalidade culposa –hipótese em que a pena é reduzida.

25. (CESPE / MPE-RR – 2012) A conduta consistente em usar fita adesiva ou isolante para modificar letras ou números da placa de veículo automotor não caracteriza, segundo o STJ, crime de adulteração de sinal identificador de veículo automotor, subsistindo, entretanto, a responsabilidade penal por crime de falsificação de documento público.

26. (CESPE / AGU – 2012) O agente que falsificar e, em seguida, usar o documento falsificado responderá apenas pelo crime de falsificação.

27. (CESPE / TCDF – 2012) É crime próprio, que somente pode ter como sujeito ativo o servidor público, falsificar, no todo ou em parte, atestado ou certidão, ou alterar o teor de certidão ou atestado, para produzir prova de fato que habilite alguém a obter cargo público.

28. (CESPE / TCDF – 2012) A falsificação de moeda e a falsificação de documento particular, bem como a falsidade ideológica e a falsidade de atestado médico, são crimes contra a fé pública. Os dois primeiros dizem respeito à forma do objeto falsificado, que é criado ou alterado materialmente pelo agente; os dois últimos referem-se à falsidade do conteúdo da declaração contida no documento, que, entretanto, é materialmente verdadeiro.

29. (CESPE / PC – CE – 2012) Considere que, em uma batida policial, um indivíduo se atribua falsa identidade perante autoridade policial com o intento de ocultar seus maus antecedentes. Nessa situação, conforme recente decisão do STF, configurar-se-á crime de falsa identidade, sem ofensa ao princípio constitucional da autodefesa.

30. (CESPE / DPE-MA – 2011) Destruir, em benefício próprio ou de outrem, documento público ou particular verdadeiro de que não se pode dispor configura o delito de falsidade ideológica.

31. (CESPE / DPE-MA – 2011) Reconhecer como verdadeira, no exercício de função pública, firma ou letra que não o seja caracteriza o delito de falsificação de documento particular.

32. (CESPE / ABIN – Oficial Técnico de Inteligência – 2010) A omissão, em documento público, de declaração que dele deveria constar, ou a inserção de declaração falsa ou diversa da que deveria ter sido escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato jurídico relevante, sujeita o funcionário público a pena de reclusão de um a cinco anos e multa, se o documento for público; e de um a três anos e multa, se o documento for particular. A pena será aumentada em um sexto se a falsificação ou alteração for de assentamento de registro civil.

33. (CESPE / DPE-BA – 2010) Instaurado processo administrativo disciplinar contra o servidor público estadual Jonas, este, no dia em que seria ouvido pela comissão processante, encaminhou ao presidente da comissão, via *fax simile*, cópia não

autenticada de atestado médico que, noticiando ser ele portador de grave problema cardíaco concedia-lhe afastamento por quinze dias. Apurou-se que o atestado era falso. Nessa situação, em face da impropriedade material do objeto, não há crime de uso de documento falso.

34. (CESPE / Advogado CEF – 2010) O sistema penal brasileiro, no tocante aos delitos contra a fé pública, unificou os crimes de atribuir-se falsa identidade para obter vantagem e o uso, como próprio, de documento de identidade alheio, em uma única figura típica, ressaltando, nesses casos, a possibilidade da incidência de sanção penal mais severa, se o fato constituir elemento de crime mais grave.

35. (CESPE / Procurador BACEN – 2009) No crime de falsificação de documento público, o fato de ser o agente funcionário público é um indiferente penal, ainda que esse agente cometa o crime prevalecendo-se do cargo, tendo em vista que tal delito é contra a fé e não contra a administração pública.

36. (CESPE / Procurador BACEN – 2009) No crime de falsidade ideológica, o documento é materialmente verdadeiro, mas seu conteúdo não reflete a realidade, seja porque o agente omitiu declaração que dele deveria constar, seja porque nele inseriu ou fez inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita.

37. (CESPE/ TRE-MA – 2009) Aquele que, por solicitação de um policial, apresenta carteira de habilitação falsa não comete o crime de uso de documento falso, uma vez que a conduta não foi espontânea.

38. (CESPE/ TRE-MA – 2009) No delito de falsidade ideológica, o documento é formalmente perfeito, sendo, no entanto, falsa a ideia nele contida.

39. (CESPE / AGU - 2009) De acordo com o STJ, a falsificação nitidamente grosseira de documento afasta o delito de uso de documento falso, haja vista a inaptidão para ofender a fé pública.

40. (CESPE / AGU – 2009) No crime de falsificação de documento público, a circunstância de ser o sujeito ativo funcionário público, independentemente de ter ele se prevalecido do cargo e, com isso, obtido vantagem ou facilidade para a consecução do crime, é um indiferente penal.

41. (CESPE / TSE – 2007) Ao criminalizar a adulteração de veículos automotores, a vontade do legislador foi proteger a confiança que se deposita nos sinais que têm por finalidade conferir autenticidade aos veículos, bem como aos seus

agregados. Nesse contexto, o crime de adulteração é considerado crime contra a fé pública.

42. (CESPE / TSE – 2007) Caso se constate que a adulteração dos chassis ocorreu mediante alteração de um único dígito de cada numeração original, incidirá o princípio da insignificância e ficará caracterizada a atipicidade material da conduta da quadrilha.

43. (CESPE / TSE – 2007) A prática de adulteração é um crime formal, pois independe de resultado lesivo para sua configuração, além de ser delito que depende de complementação normativa (norma penal em branco), uma vez que a legislação de trânsito precisará ser utilizada para integrar o conceito de sinais identificadores de veículos automotores.

44. (CESPE / Advogado SERPRO – 2013) O funcionário público autorizado que inserir dados falsos em sistema de informações, visando causar prejuízos, cometerá crime qualificado de dano contra o patrimônio da administração pública.

45. (CESPE / Advogado SERPRO – 2013) Nos crimes de peculato, o funcionário que reparar o dano até a publicação da sentença condenatória fará jus à extinção da punibilidade.

46. (CESPE / PC-BA – 2013) Constitui pressuposto material dos crimes de peculato-apropriação e peculato-desvio, em suas formas dolosas, a anterior posse do dinheiro, do valor ou de qualquer outro bem móvel, público ou particular, em razão do cargo ou função.

47. (CESPE / PC-BA – 2013) Servidor público que, na qualidade de agente fiscal, exigir vantagem indevida para deixar de emitir auto de infração por débito tributário e de cobrar a consequente multa responderá, independentemente do recebimento da vantagem, pela prática do crime de concussão, previsto na parte especial do Código Penal (CP).

48. (CESPE / TCDF / 2013) Ângelo, funcionário público exercente do cargo de fiscal da Agência de Fiscalização do DF (AGEFIS), no exercício de suas funções, exigiu vantagem indevida do comerciante Elias, de R\$ 2.000,00 para que o estabelecimento não fosse autuado em razão de irregularidades constatadas. Para a prática do delito, Ângelo foi auxiliado por seu primo, Rubens, taxista, que o conduziu em seu veículo até o local da fiscalização, previamente acordado e consciente tanto da ação delituosa que seria empreendida quanto do fato de que Ângelo era funcionário público. Antes que os valores fossem entregues, o comerciante, atemorizado, conseguiu informar policiais militares acerca dos fatos, tendo sido realizada a prisão em flagrante de Ângelo.

Com referência a essa situação hipotética, julgue os itens a seguir:

() Ângelo responderá pelo delito de corrupção passiva, previsto em artigo do CP.

() Tendo em vista que Elias não efetivou a entrega dos valores exigidos por Ângelo, o crime não se consumou.

() A condição de funcionário público comunica-se ao partícipe Rubens, que tinha prévia ciência do cargo ocupado por seu primo e acordou sua vontade com a dele para auxiliá-lo na prática do delito, de forma que os dois deverão estar incurso no mesmo tipo penal.

49. (CESPE / Polícia Federal – 2004) Roberto, funcionário público, e Bruno, estranho ao serviço público, exigiram, em razão da função de Roberto, vantagem indevida no valor de R\$ 8.000,00. Nessa situação, tendo em vista que o fato de ser funcionário público é circunstância pessoal de Roberto, a qual não se comunica, apenas ele responderá pelo delito de concussão.

50. (CESPE / Polícia Federal – 2004) Paulo, engenheiro civil, em razão do exercício de atividade pública, exigiu para si, para conceder o habite-se requerido por particular perante a prefeitura, o pagamento de certa quantia em dinheiro. Nessa situação, a conduta de Paulo caracteriza crime de corrupção passiva.

51. (CESPE / Polícia Federal – 2004) Foi aberto inquérito, na polícia federal, para investigar a participação de um célebre ator de televisão em crime de tráfico de substância entorpecente. Sabendo que essa investigação atrairia a atenção da mídia, um agente de polícia federal informou jornalistas das suspeitas existentes contra o referido ator, mostrando a eles os autos do inquérito policial em curso. Nessa situação, o referido agente de polícia comete infração penal.

52. (CESPE / Polícia Federal – 2004) Na qualidade de perito criminal federal, Oscar avaliou a autenticidade da assinatura de um dos indiciados em inquérito que apurava caso de lavagem de dinheiro. Apesar de considerar que a assinatura era autêntica, Oscar estava convencido de que o indiciado havia sido coagido a assinar o referido documento, motivo pelo qual, em seu laudo pericial, atestou a falsidade da assinatura. Nessa situação, Oscar cometeu crime de condescendência criminosa.

53. (CESPE / Polícia Federal – 2004) Lindomar foi recentemente contratado por uma autarquia federal para exercer função que envolve exercício de poder de polícia, sendo que tal contratação se deu mediante contrato por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

Posteriormente, ele praticou conduta penalmente tipificada como peculato. Nessa situação, apesar de não ocupar cargo nem emprego públicos, Lindomar poderá vir a ser penalmente condenado por crime de peculato.

54. (CESPE / Polícia Federal – 2004) Um policial militar prendeu em flagrante um traficante de drogas e prometeu libertá-lo imediatamente, em troca do pagamento de cinquenta mil reais. Nesse caso, o policial é sujeito ativo do crime de corrupção passiva.

55. (CESPE / Juiz Federal – TRF 5ª Região-2013) A sanção penal abstratamente cominada ao crime de advocacia administrativa depende da legitimidade, ou não, do interesse privado patrocinado perante a administração pública.

56. (CESPE / Juiz Federal – TRF 5ª Região-2013) Comete o delito de supressão de documento, e não o de corrupção passiva, o estagiário de órgão de fiscalização ambiental que, em razão de sua atividade, solicita dinheiro para si, a fim de destruir autos de processo administrativo no qual conste lavrado auto de infração ambiental com a consequente aplicação de penalidade de multa a pessoa jurídica causadora do dano, pois se equipara, para fins de caracterização do crime de corrupção passiva, a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função pública, com ou sem remuneração, salvo se na condição de estagiário.

57. (CESPE / PC-AL – 2012) Pratica corrupção passiva um agente de polícia que recebe dinheiro da vítima para utilizá-lo na aquisição de gasolina para a viatura, a fim de ir ao local do crime investigar.

58. (CESPE / PC-AL – 2012) O particular pode ser sujeito ativo do crime de peculato, se agir em concurso de agentes com servidor público, no caso de o particular estar ciente dessa condição do comparsa.

59. (CESPE / TCE-ES – 2012) Para a caracterização do crime de condescendência criminosa, é necessário haver relação de hierarquia entre o agente que cometa a infração no exercício do cargo, emprego ou função e a autoridade competente para aplicá-lhe a sanção administrativa.

60. (CESPE / TJ-RO - 2012) O peculato-culposos se confunde com o peculato-furto: em ambos o servidor público, prevalecendo-se dessa condição, concorre para que terceiro subtraia o bem.

61. (CESPE / TRE-RJ – 2012) Pratica o delito de excesso de exação o funcionário público que exige tributo que sabe ser indevido.

62. (CESPE / TJ-AL – 2012) Patrocinar indiretamente interesse privado legítimo perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário público, configura o delito de advocacia administrativa.

63. (CESPE / TJ-AL – 2012) O funcionário público que exige para si ou para outrem, ainda que fora da função, mas em razão dela, vantagem indevida, pratica o delito de excesso de exação.

64. (CESPE / TJ-RR – 2012) Francisco, advogado, tendo encontrado Carlos no tribunal de justiça onde este trabalhava, percebeu que Carlos estava utilizando a impressora do cartório judicial para imprimir os rascunhos de sua monografia de final de curso. Indignado, Francisco ofendeu Carlos e afirmou que ele era um servidor público desonesto, que não merecia integrar os quadros do tribunal. Indignado com essa acusação, Carlos chamou a polícia judiciária, que prendeu o causídico. Ao encaminhar Francisco à delegacia, Antônio, um policial militar, exigiu que Francisco lhe pagasse R\$ 500,00 para ser solto. Contudo, Francisco não atendeu à exigência e permaneceu preso. Por sua vez, César, diretor de secretaria e chefe de Carlos, ao tomar conhecimento de que seu subordinado havia usado a impressora do cartório para fins particulares, por pena, deixou de comunicar a ocorrência à corregedoria do tribunal.

Com base na situação hipotética acima, julgue os itens subsequentes, a respeito dos crimes contra a administração pública.

() Ao utilizar a impressora da repartição pública em que trabalhava para fins particulares, Carlos cometeu o crime de peculato.

() César cometeu o crime de prevaricação, porque, indevidamente, para satisfazer sentimento pessoal, deixou de praticar ato de ofício contra disposição expressa em lei.

GABARITO

1. Letra B	15. E	29. C	43. C	57. E
2. E	16. E	30. E	44. E	58. C
3. E	17. E	31. E	45. E	59. E
4. C	18. E	32. C	46. C	60. E
5. E	19. E	33. C	47. E	61. C
6. C	20. E	34. E	48. EEC	62. C
7. C	21. C	35. E	49. E	63. E
8. C	22. C	36. C	50. E	64. CE
9. E	23. C	37. E	51. C	
10. E	24. E	38. C	52. E	
11. E	25. E	39. C	53. C	
12. E	26. C	40. E	54. C	
13. E	27. E	41. C	55. C	
14. Letra C	28. C	42. E	56. E	